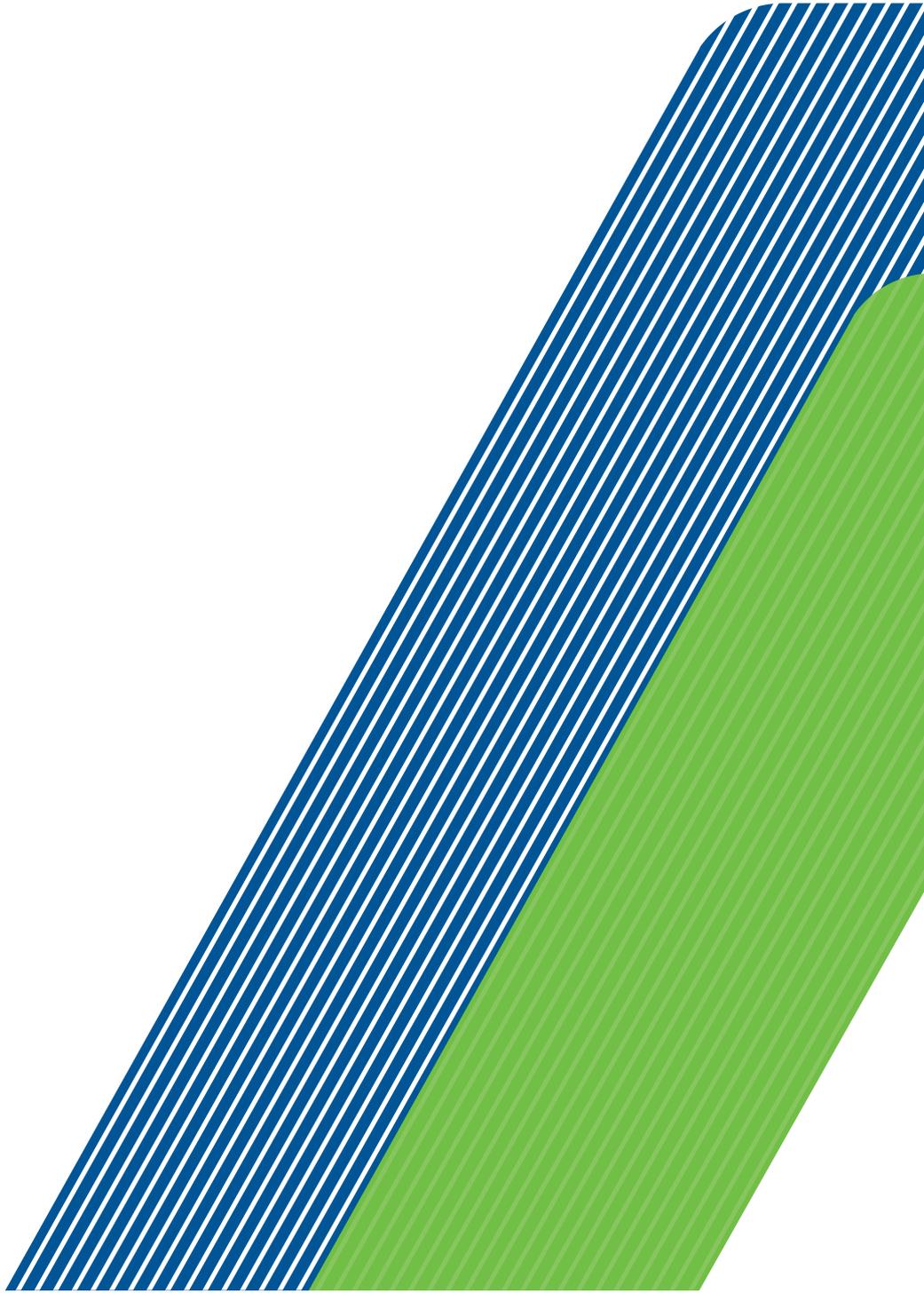


Relatório e Contas

2014





ÍNDICE

1. Introdução	05
2. Envolvente	11
3. Atividade da Empresa em 2014	25
4. Perspetivas Futuras	41
5. Proposta de Aplicação de Resultados	45
6. Nota Final	49
7. Anexo ao Relatório de Gestão	53
8. Demonstrações Financeiras e Anexo	57
9. Relatórios e Pareceres dos Auditores e do Fiscal Único	89



1. Introdução





1.1

Mensagem do Presidente

Exmos. Senhores Acionistas,

É com enorme orgulho e um elevado espírito de confiança que início esta mensagem.

Orgulho de liderar uma Empresa que tem vindo a trilhar um percurso bastante interessante no mercado nacional e que começa a alargar a sua atividade ao mercado internacional e confiança num futuro que sei será de desenvolvimento sustentável e de valor acrescentado para todos os agentes económicos com quem a Empresa se relaciona.

Temos como desígnio e ambição continuar o nosso caminho, criando e multiplicando valor de forma sustentável. Esta é a missão com que nos comprometemos perante os nossos *stakeholders*.

Ainda que não muito evidente ou pronunciada, começa já hoje a assistir-se a uma tênue melhoria, que acreditamos ser de futuro, da atividade e do contexto económicos, se bem que isso não deva ser motivo de demasiada celebração, sob pena de todo o esforço feito anteriormente poder ruir.

Em linha com estas melhorias das economias nacional, europeia e mundial, também a nível da empresa os resultados foram animadores, tendo-se isso verificado tanto a nível do volume de negócios bem como da melhoria nos indicadores do desempenho financeiro.

Estas melhorias são fruto da aquisição do core da MRG - Engenharia e Construção (ainda em 2013), mas também de todo um trabalho aturado ao nível da optimização das estruturas de recursos humanos e materiais, as quais tiveram de ser adequadas a uma nova realidade e a novas geografias, nomeadamente com a expatriação de colaboradores. As capacidades e recursos técnicos e humanos são fatores críticos para enfrentar os desafios com solidez e confiança.

Também em 2014 houve uma decisão estratégica de desenvolvimento sustentável da organização que passou pela sua internacionalização, tendo isso sido suportado na aquisição da participa-

ção social da MRG - Engenharia e Construção na sociedade de direito francês MRG Construction SARL ou na participação (com a MRG - Engenharia e Construção S.A. e com parceiros locais) na constituição da empresa argelina MRG SPA.

Para além destes mercados, onde se perspetiva a sua entrada por via de sociedades de direito local, a Empresa encontra-se também a analisar muitas oportunidades em diferentes pontos do Mundo, sempre numa ótica de aproveitamento da sua experiência e solidez, gerando maiores valias não apenas para si como para todos os seus *stakeholders*.

Só com o reforço e a aposta contínua nas competências que diferenciam a MRG - EQUIPAV poderemos ambicionar a evoluir, ainda mais, para uma cultura de qualidade, rigor e excelência e a olhar para o futuro com uma confiança renovada.

A Empresa prosseguiu o seu caminho de acordo com um planeamento estratégico previamente definido, pretendendo vir a obter um desenvolvimento sustentável, uma maior rentabilidade e reforço do seu balanço, uma cada vez maior capacitação dos seus quadros, um investimento renovado na sua área produtiva, uma área comercial atenta a novas oportunidades e novos negócios que possam aportar margens mais apetecíveis e, por último mas quicá o mais importante, uma aposta forte e sustentada nos mercados internacionais.

Agradecendo aos Acionistas a confiança depositada neste novo Conselho de Administração, tudo faremos para levar ainda mais além esta Empresa que começou do zero e que, com todas as suas transformações e inovações, se tornou numa das mais importantes do mercado, não tanto no seu volume de negócios mas sobretudo na segurança, confiança, rigor e credibilidade que transmite ao mercado.

Todo este capital de competência foi ganho não apenas devido ao apoio constante dos Acionistas, que souberam colocar na devida proporção exigência, confiança e resiliência, mas sobretudo

a uma equipa de colaboradores altamente competente e capaz, que soube não esmorecer com as dificuldades que foi enfrentando e sempre esteve confiante de que o caminho a trilhar era e continua a ser o mais adequado.

Resta-nos continuar na senda do nosso sonho de sermos reconhecidos como uma empresa que cria valor em qualquer latitude pela sua modernidade, pelo seu rigor, pela garantia de que o que fazemos, fazemos bem mas também pela sua criatividade e capacidade de inovação, implementação e execução.

Gouveia

Rodolfo Oliveira Gouveia
Presidente do Conselho de Administração



1.2

Estrutura Societária

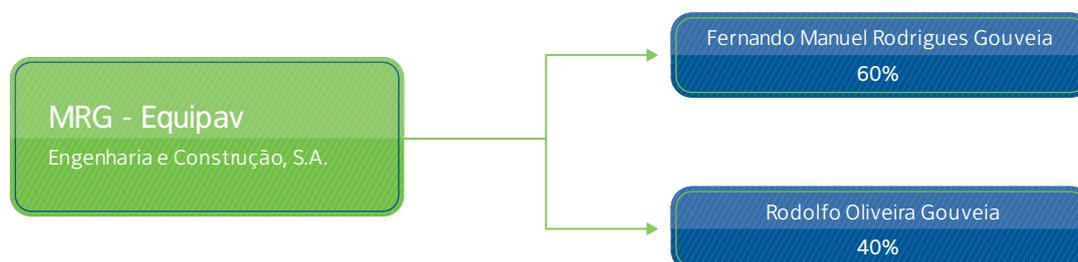
A MRG - EQUIPAV detém uma participação numa entidade de capital público e privado onde o parceiro é um Município, em sociedades instrumentais que operam nos Mercados Externos e

ainda numa empresa de capital exclusivamente privado. O Capital Social das empresas participadas e a respetiva percentagem de detenção consta do quadro seguinte:

ESTRUTURA SOCIETÁRIA	CAPITAL SOCIAL	PERCENTAGEM
Luz do Mondego, S.A.	€ 50.000,00	0,002%
MRG Construction, SARL (França)	€ 101.153,00	99,98%
MRG SPA (Argélia)	DZD 100.000.000,00	24,50%
Oeiras Primus, S.A.	€ 50.000,00	3%

1.3

Estrutura Acionista



1.4

Órgãos Sociais e Estatutários

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Rodolfo Oliveira Gouveia

Vogal: João Manuel Nunes Salvador

Vogal: José Eduardo Loureiro da Silva

Vogal não Executivo: Maurício Teixeira Marques

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Licínio de Jesus Pereira

Secretário: Gabriela Silva Martins Almeida

FISCAL ÚNICO

LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC, representado por José Maria de Jesus Carreira

SUPLENTE DO FISCAL ÚNICO

Fernando Jorge de Sá Pereira





2. Envolvente





2.1

Enquadramento Macroeconómico Internacional

Em 2014, a **Economia Mundial** cresceu 3,3%, menos 0,4% do que estava previsto, consequência de se terem agravado, no segundo semestre, alguns fatores de risco que desaceleraram o crescimento verificado no primeiro semestre, nomeadamente tensões geopolíticas, estagnação ou crescimento muito reduzido nas economias desenvolvidas e desaceleração do crescimento nos mercados emergentes. Para 2015 prevê-se um crescimento da atividade económica mundial de apenas 3,5% refletindo as fracas perspetivas relativamente à China (+6,8%), Rússia (-3,0%), Euroarea (+1,2%), Japão (+0,6%) e aos países exportadores de petróleo (apenas +1,8%), em consequência da brutal descida dos preços (o petróleo desvalorizou 50% entre junho e o final do ano). Os EUA representam a única economia desenvolvida mundial cujas perspetivas de crescimento melhoraram prevendo-se um crescimento de 3,6% para 2015, ligeiramente superior ao previsto para a economia mundial.

Analisando os principais blocos económicos, a evolução macroeconómica pode sintetizar-se nos seguintes termos:

- A economia da **Zona Euro** cresceu em 2014 de forma pouco expressiva. Apesar das condições propícias à expansão da atividade, estima-se que a economia do Euro tenha registado apenas um incremento económico em torno de 0,8%. Foi, ainda assim, uma evolução positiva relativamente ao ano anterior, em que se observou contração económica. A instabilidade na Ucrânia, o confronto com a Rússia, o abrandamento em economias como a chinesa, cuja influência no andamento do *core europeu* é significativa, determinou uma fraca *performance*. Sobretudo, foi notório o pior desempenho comparado das maiores economias europeias *versus* as da periferia. O mercado de trabalho evidenciou duas dinâmicas distintas: diminuição continuada do desemprego alemão e estabilização em níveis altos do desemprego agregado. A taxa de desemprego terá sido de 11,6%. A concessão de crédito ao setor privado não financeiro registou contração durante todo o período, ainda que a taxas sucessivamente menores. A Zona Euro observou

diminuição continuada da inflação (já negativa nalguns países) e das expectativas inflacionistas ao longo do ano. Os preços ao nível do consumo terão terminado o ano em contração, resultando numa inflação de 0,4% em 2014. Para 2015 prevê-se que a economia europeia continue a recuperar lentamente, consequência da elevada taxa de desemprego a qual não permitirá o crescimento da procura interna, bem como das fracas expectativas de crescimento das exportações face às baixas previsões de crescimento dos mercados emergentes e dos países produtores de petróleo. O programa de apoio monetário decidido pelo BCE, a traduzir-se na aquisição de ativos no mercado, poderá, se os seus objetivos forem alcançados, induzir na economia europeia fatores que favoreçam e incrementem o seu crescimento.

- Os **Estados Unidos da América** terão registado um crescimento de 2,4%, aquém do desejado mas ainda assim acima dos 2,2% observados no ano anterior. Após uma contração acentuada nos três primeiros meses do ano, devido às condições climatéricas extremas, terão superado as expectativas de recuperação mais otimistas. O consumo privado e o investimento, beneficiando da queda do petróleo, de uma política fiscal menos restritiva e da manutenção de condições monetárias expansionistas, destacaram-se na contribuição para a expansão económica. O desemprego diminuiu de forma contínua e acentuada ao longo do período, registando taxas inferiores a 6,0% desde setembro de 2014. Apesar da queda do preço do petróleo, das pressões descendentes nos preços internacionais e da valorização do Dólar, a inflação terá sido superior à observada em 2013, estimando-se que se tenha situado em torno de 2,0%.

- O **Reino Unido** foi, a par dos EUA, a outra economia a evidenciar uma aceleração do ritmo de crescimento em 2014. Terá crescido 2,6%.

- O **Japão** apresentou um crescimento inferior ao observado em 2013. Após um primeiro trimestre muito positivo, reagiu de forma acentuadamente negativa (recessão técnica no terceiro trimestre) ao aumento previsto do imposto sobre

o consumo a 1 de abril e ao abrandamento da China. A introdução de medidas de compensação terá permitido a recuperação económica, estimando-se que tenha registado uma expansão de 0,6% em 2014.

- A nível dos **Países Emergentes (BRICS)**, as expectativas sofreram um reajuste em baixa. As previsões mais recentes do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento destas economias em torno de 4,4%. A China apresentou níveis de crescimento sucessivamente menores ao longo do ano, tendo registado um crescimento em torno de 7,4%, o ritmo mais baixo dos últimos 24 anos. Pelo contrário, a Índia terá expandido a um ritmo superior ao do ano anterior, antecipando-se uma taxa de crescimento estimado de 5,8%. Por seu lado, quer Brasil quer Rússia dececionaram: apesar dos organismos internacionais estimarem variações positivas do *output* (0,1% e 0,6% respetivamente), receia-se que os valores definitivos apontem para contração económica. A África do Sul terá registado menor crescimento em 2014, estimando-se que o mesmo tenha atingido uma variação de 1,4%.

No que se refere à **Política Monetária**, o ano de 2014 manteve a tónica nas condições ultra-expansionistas que já se observavam nos anos anteriores e que foram implementadas como reação à crise económico-financeira que teve origem em 2007/2008. A grande diferença decorreu da postura da Reserva Federal Americana (FED) em anular gradualmente as medidas extraordinárias de *quantitative easing* e da disponibilidade do Banco Central Europeu, sobretudo a partir de maio/junho, em ponderar uma abordagem semelhante à adotada pelas congéneres FED e Banco da Inglaterra. Não obstante esta aproximação da política monetária, durante o ano de 2014 o BCE desceu por duas vezes a sua taxa de referência, de 0,25% para 0,05% e introduziu ainda, e pela primeira vez, taxas de absorção negativas. Por seu lado, a Reserva Federal dos Estados Unidos manteve a *Fed Funds Target Rate* no intervalo entre 0% e 0,25%. O Banco do Japão manteve em 2014 a abordagem extraor-

dinária, pelo que se passou a perspetivar um andamento divergente de políticas monetárias entre estes dois grupos de bancos centrais, refletindo disparidades nos ciclos económicos.

Em linha com a redução da taxa de referência, as taxas Euribor atingiram novos mínimos. Assim, a 31 de dezembro de 2014, as taxas Euribor para os prazos de 3, 6 e 12 meses eram de 0,078% (que compara com 0,287% no final de 2013), 0,171% (vs. 0,389%) e 0,325% (vs. 0,556%). As *yields* diminuíram significativamente nas economias desenvolvidas, enquanto os prémios de risco alargaram em muitas economias emergentes.



2.1

Enquadramento Macroeconómico Internacional

Decorrente do anteriormente exposto, pode-se concluir que, em 2014, a economia mundial foi alvo de quatro grandes acontecimentos que condicionaram a atuação tanto dos Governos como da Iniciativa Privada:

- Em primeiro lugar, a queda do preço do petróleo, sobretudo a partir de setembro, em parte devido à inesperada redução da procura em algumas das maiores economias mundiais. A tendência acentuou-se com a decisão de manter os níveis de produção, por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apesar do aumento constante da produção pelos produtores não-membros da OPEP, em particular, os Estados Unidos.
- Em segundo lugar, o crescimento assimétrico das principais economias mundiais. A recuperação nos Estados Unidos e também no Reino Unido foi mais forte do que o esperado, enquanto o desempenho económico em todas as outras grandes economias ficou aquém das expectativas, nomeadamente na China e Japão.
- Em terceiro lugar, a valorização do dólar face às principais moedas, em particular ao euro e iene, e a muitas das moedas dos mercados emergentes, designadamente as de países exportadores de *commodities*.
- Em quarto lugar, as taxas de juros e os *spreads*. Verificou-se um aumento dos *spreads* em muitos mercados emergentes, em especial nos exportadores de *commodities*, e as *yields* dos títulos de dívida pública de longo prazo sofreram uma diminuição nas principais economias, refletindo uma atividade mais fraca.





2.2

Enquadramento Macroeconómico Nacional

A evolução da economia portuguesa durante o ano de 2014 foi dominada pelo impacto da conclusão, em Maio, do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado com a UE e o FMI). Passados três anos de assistência, a economia portuguesa foi alvo de correções significativas de uma série de desequilíbrios macroeconómicos, tendo sido implementadas medidas de carácter estrutural em diversas áreas.

Neste contexto, após três anos de recessão, Portugal registou em 2014 uma expansão económica, mantendo a trajetória de recuperação já observada desde o segundo semestre de 2013. De facto, as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2014 apontam para um crescimento homólogo de 0,7% do PIB (1,2% no trimestre precedente). Assim, em 2014 registou-se um aumento de 0,9% do PIB (-1,4% em 2013), a primeira variação positiva ocorrida desde 2010. Esta evolução resulta da recuperação do consumo privado (+2,2% em 2014 vs. -1,7% em 2013) e do investimento (+2,2% em 2014 vs -6,6% em 2013), assim como da redução do ritmo de contração do consumo público (-0,5% em 2014 vs -1,8% em 2013).

Espera-se uma aceleração da economia no início de 2015 por via do impacto dos baixos preços do petróleo e da desvalorização do euro, conduzindo a um aumento das exportações. O crescimento do PIB deverá ascender a 1,6% em 2015 e 1,7% em 2016.

As mais recentes divulgações dos dados macroeconómicos permitem realçar o seguinte:

- O indicador de **atividade económica** já disponível para o mês de dezembro diminuiu de forma ténue nos últimos dois meses, após estabilizar no valor mais elevado desde julho de 2008. Em dezembro, os Indicadores de Curto Prazo (ICP) apresentaram sinais negativos sobre a evolução da atividade na indústria, na construção e obras públicas e em alguns setores de serviços.
- As **necessidades líquidas de financiamento** face ao exterior registaram, pelo terceiro ano consecutivo, um excedente. Esta capacidade acrescida de financiamento da economia decorre do aumento da poupança interna e da estabilização do investimento total.
- O **consumo privado** teve um desempenho inesperadamente positivo, sobretudo após o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira. O reforço dos níveis de confiança não foi alheio a esta evolução, pelo que no ano de 2014 se registou um crescimento de 2,2% em termos reais (2,6% no terceiro trimestre), fruto de um contributo positivo de ambas as componentes (Bens Duradouros e Bens não Duradouros). Para o ano de 2015 perspectiva-se uma redução do ritmo de crescimento do consumo privado devido às pressões ainda elevadas de desalavancagem no mercado interno. No entanto, a expectativa de melhoria do mercado de trabalho, o crescimento do rendimento disponível e a baixa pressão inflacionista deverão manter o consumo privado a um bom ritmo, com taxas de crescimento de cerca de 1,8% em 2015 e 1,5% em 2016.
- No ano de 2014, o **investimento privado** registou um crescimento de 2,2%, 1,7% inferior ao observado no terceiro trimestre. O aumento mais significativo ocorreu no segundo e terceiro trimestres (3,5% em média), principalmente nas componentes de máquinas e equipamentos. A alteração do regime de tributação dos rendimentos das empresas, em vigor desde 2014, afetou positivamente o clima de investimento. Esta evolução contrasta claramente com a retração registada nos três anos anteriores.
- Contrariamente ao antecipado, as **exportações líquidas** não contribuíram positivamente para o crescimento económico: as exportações registaram um bom desempenho (diversificação evidente de destinos e de produtos, contribuição crescente dos serviços e, dentro destes, do turismo), ainda que em desaceleração face a 2013, mas as importações acompanharam o maior dinamismo ocorrido na procura interna. De facto, o aumento da procura interna induziu um aumento das importações em +6,3% face a 2013, claramente superior ao aumento das exportações de apenas +2,6%. Como resultado, as exportações líquidas deram um contributo negativo para o crescimento do PIB de -1,5%. No entanto, os dados mais recentes apontam para o aumento das exportações ao longo de 2015, em sintonia com a procura externa, enquanto a procura interna proporcionará um aumento das importações. Como resultado, o saldo da balança comercial deverá ter uma contribuição positiva para o PIB em 2015 e 2016.
- De acordo com os resultados preliminares do **comércio internacional de bens**, em termos nominais, as exportações aceleraram ligeiramente em dezembro, passando de uma taxa de variação homóloga de 4,3% em novembro para 4,6%, prolongando o acentuado movimento crescente observado desde junho. As exportações de bens de consumo e de bens intermédios registaram os contributos positivos mais expressivos para a variação homóloga das exportações de bens, enquanto as exportações de combustíveis apresentaram o único contributo negativo. As importações nominais de bens desaceleraram,

passando de uma variação homóloga de 3,8% em novembro para 2,0% em dezembro. As importações de material de transporte e de bens de consumo apresentaram os contributos positivos mais significativos para o crescimento homólogo das importações de bens. Por sua vez, as importações de combustíveis e de bens intermédios registaram os únicos contributos negativos.

- A **inflação**, refletindo pressões descendentes internas e externas, desacelerou durante o ano tendo, inclusive, registado variações homólogas negativas desde o primeiro trimestre, apesar do aumento do salário mínimo a partir de outubro. De facto, em 2014 o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** caiu para -0,2%, principalmente devido à forte queda dos preços da energia e ao contributo negativo dos preços dos produtos alimentares não transformados. O índice da componente de bens passou de uma variação média nula em 2013, para -1,1% em 2014 e o índice da componente de serviços registou uma variação média de 0,8% em 2014 (0,7% no ano anterior). Prevê-se que a inflação possa chegar a valores positivos no segundo semestre de 2015, principalmente por via do aumento do emprego. No entanto, a inflação deverá manter-se baixa, porque o desemprego ainda é elevado e o preço do petróleo está em queda. Contudo, prevê-se que a inflação deverá crescer 0,1% em 2015 e 1,1% em 2016.

- A evolução do **mercado de trabalho** em 2014 foi menos desfavorável do que em 2013, apesar do nível de desemprego ser ainda muito elevado. O emprego aumentou 1,6% (-2,6% em

2013) e a taxa de desemprego ascendeu a 13,9% (16,2% em 2013), correspondendo a uma população desempregada de 726 mil indivíduos. Não obstante esta evolução, os últimos meses evidenciaram uma inversão da tendência de queda que se registava desde o pico de 17,5% no primeiro trimestre de 2013, o pior momento da crise económica recente. As mais recentes previsões apontam para uma diminuição gradual do desemprego, que deverá rondar os 12,6% em 2016.

- O esforço de **consolidação das contas públicas** manteve-se, com o compromisso de cumprimento das metas assumidas. O défice orçamental terminou o ano em torno de 3,9% do PIB, líquido de medidas *one-off*, com a execução do orçamento a ser caracterizada por uma elevada cobrança de impostos e contenção da despesa. O défice global deverá diminuir ainda mais, prevendo-se um patamar abaixo dos 3,0% do PIB em 2015.

- O **rácio da dívida pública** bruta em relação ao PIB estima-se ter atingido quase 129% no final de 2014, impulsionado por depósitos mais elevados e a depreciação do euro, e deverá cair para 124,5% no final de 2015, apoiado pela expectativa de recuperação económica e pelas operações de redução de dívida. O prémio de risco do país diminuiu, tendo contribuído para esta evolução o esforço de consolidação, a implementação de algumas medidas estruturais e a perspetiva de atuação do BCE.



2.2

Enquadramento Macroeconómico Nacional

Decorrente do cenário macroeconómico apresentado, discute-se hoje o grau de sucesso das políticas adotadas no nosso País na sequência da intervenção da «troika» na Primavera de 2011. A maioria dos analistas continua a afirmar que o problema está no próprio **modelo económico** que o País foi construindo e que se consolidou com a entrada de Portugal na União Europeia sendo que a posterior entrada na zona euro pôs a descoberto o seu esgotamento e insustentabilidade. Na realidade, Portugal regista uma forte dependência estrutural da sua economia face ao exterior, expressa por sistemáticos défices comerciais que apenas podem ser compensados quando o que sai do país em termos líquidos para pagar o referido défice for inferior à entrada líquida de capitais e rendimentos vindos de fora.

Neste quadro, as opções a enfrentar são as seguintes:

- Prosseguir no cumprimento das metas acordadas com a troika e constantes do Tratado Orçamental, hipotecando o crescimento da economia, através de uma austeridade que se prolongará por várias décadas; ou
- Fazer do crescimento económico e do serviço da dívida as duas variáveis principais do próprio processo de consolidação orçamental e rever as metas da dívida (que aliás, nos termos do Tratado Orçamental um grande número de países da Zona Euro não está em condições de cumprir) e as condições de pagamento da mesma.

A opção de fazer baixar a dívida num curto espaço de tempo tem um custo para a economia inportável, pelo que flexibilizar as condições do seu pagamento, desonerando os custos com o serviço da dívida parece ser, claramente, a melhor opção e a única que permite à economia crescer. Crescimento esse que para ser compatível com o reequilíbrio orçamental deverá ser superior, em termos nominais, ao peso dos juros em % do PIB, mantendo o objetivo de obtenção de saldos primários positivos.

Tal como já afirmámos no Relatório de Gestão do ano de 2013, continuamos a entender que para Portugal poder sair da atual situação em que se encontra, seja qual for o modelo que vigorar na relação do nosso País com os credores internacionais, implica:

- Combinar o programa de ajustamento financeiro com um novo ciclo de crescimento económico, o que requer, em primeira instância, mais tempo para a concretização do primeiro objetivo;

- A realização de um programa de efetivas reformas estruturais (não confundir com medidas avulsas cuja única finalidade é a execução da política orçamental) seja a nível da economia, seja a nível do Estado e das restantes Administrações Públicas e cujo horizonte temporal tem que ter uma abrangência de médio prazo.

Só a concretização destes dois propósitos permite compatibilizar crescimento económico com consolidação das contas públicas.





2.3

Envolvente Setorial

A. CONSTRUÇÃO CIVIL

Os dados já disponíveis para o ano de 2014 revelam que, a nível mundial, a indústria da construção voltou a ganhar ritmo. De facto, a informação recentemente publicada aponta para um aumento da produção de 3,8% em 2015, seguido de um crescimento médio anual de 3,9%, no período 2016-2020. Esta expansão vem trazer um leque variado de oportunidades para as empresas que investem e operam neste setor de atividade, bem como para os fornecedores de bens e serviços.

No entanto, este crescimento não tem sido uniforme em todo o mundo, nem mesmo em cada região, e os riscos e os desafios continuam a ser muitos. Em termos gerais, a indústria de construção nos mercados emergentes continuará a crescer a um ritmo muito mais rápido do que nas economias avançadas. Pela primeira vez em 2012, os mercados emergentes foram responsáveis por mais de metade da produção de construção no mundo e, em 2020, estima-se que a sua participação seja de 56%. Para o período de 2016-2020, prevê-se que a indústria da construção nos países desenvolvidos crescerá em média 2,2% ao ano, enquanto nos mercados emergentes este crescimento será de 5,3%.

Em Portugal tem-se vindo a assistir a uma sustentada recuperação da confiança tanto dos operadores domésticos como dos investidores internacionais. Neste contexto, e embora a evolução se mantenha desfavorável, observa-se um claro abrandamento da crise na construção ao longo de 2014. De acordo com os dados recentemente publicados pelo INE, constata-se que:

- O índice de **produção** na construção apresentou em dezembro de 2014 uma variação homóloga de -5,2%, o que corresponde a 0,6% superior ao observado no mês anterior. Ambos os segmentos desta atividade, Construção de Edifícios e Engenharia Civil, voltaram a apresentar variações homólogas menos negativas do que no mês anterior. O índice da Construção de Edifícios registou uma variação homóloga de -4,6% (-5,3% em novembro), com um contributo de -2,7% para o índice agregado. O índice de Engenharia Civil diminuiu 6,0% (-6,4% no período anterior) e contribuiu com -2,5% para o total do índice.
- O **investimento** em construção reduziu-se 3,0%, em termos homólogos, no terceiro trimestre, após uma variação negativa de -5,3% no primeiro semestre;
- O **VAB** do setor contraiu-se 3,5% no terceiro trimestre, após uma queda de 5,7% ao longo dos primeiros seis meses do ano.

Simultaneamente, alguns indicadores indiciam já uma possível recuperação da atividade no curto prazo:

- O **emprego** do setor caiu até Junho, tendo-se perdido 23,2 mil postos de trabalho, face a igual período do ano anterior, mas recuperou trabalhadores durante o terceiro trimestre, com um acréscimo de 18,5 mil trabalhadores, do segundo para o terceiro trimestre do ano, num contexto de variação líquida positiva do emprego total da economia: mais 50,5 mil novos postos de trabalho, nesse período.
- O valor das **obras adjudicadas** aumentou 34%, em termos homólogos, ao longo dos primeiros nove meses do ano o que, a traduzir-se rapidamente em obras, terá consequências muito positivas no nível de atividade das empresas que laboram no mercado das obras públicas. No entanto, a perspetiva de evolução do mercado de construção de edifícios não é tão otimista, já que o licenciamento habitacional não cessa de cair (-13% de fogos licenciados até Setembro) e a área licenciada para edifícios não residenciais reduziu-se, também até setembro, 4% face ao período homólogo.



Em sentido contrário e a penalizar as empresas, constata-se que:

- No mercado das **obras públicas**, o montante de obras lançadas a concurso durante os primeiros nove meses de 2014 ascendeu a 1,2 mil milhões de euros, traduzindo uma quebra homóloga de 6,1% face a 2013, ano em que foi registado um crescimento de +18,3% relativamente ao ano anterior.
- O **crédito total concedido** ao setor tem vindo a reduzir-se acentuadamente (-5,5 mil milhões em 24 meses), enquanto o crédito mal parado continua a aumentar e a responder por uma fatia crescente do total de crédito em incumprimento (34% em setembro último, quando pesava apenas 18% em igual mês de 2012).

Não obstante este cenário do setor da construção civil, o indicador de confiança dos empresários portugueses, ao longo dos primeiros nove meses de 2014, manteve uma variação francamente positiva face à avaliação produzida no período homólogo (saldo acumulado de +38% até setembro de 2014), o que deixa, pelo menos, a esperança de melhores tempos num futuro próximo.

Por outro lado e conforme já foi salientado, o mercado da construção mundial tem vindo a registar um crescimento assinalável, com um enfoque especial em África, no Médio Oriente, nas Américas e na Ásia. É daí, e em especial do continente Africano, que advém a maior esperança para o futuro das empresas portuguesas do setor.



2.3

Envolvente Setorial

B. IMOBILIÁRIO

A evolução dos indicadores afetos ao setor imobiliário, tanto do lado da procura como do lado da oferta, não deixa quaisquer dúvidas quanto à intensidade da crise com que este setor tem vindo a ser confrontado, sendo o ano de 2009 um dos piores anos para o setor imobiliário mundial.

No caso português, e em comparação com os seus parceiros europeus, apesar de ser inegável que o setor imobiliário foi amplamente fustigado, pode-se porém referir que o facto de não se encontrar em forte expansão como em Espanha e na Irlanda, permitiu que os efeitos da crise do subprime se mostrassem menos drásticos, sendo que a posterior crise financeira em Portugal e a necessidade de desalavancagem terá sido o principal fator para a perda de terreno registada no setor a todos os níveis. De facto, é preciso notar que, num contexto de crise financeira e de fragilidade económica como o ocorrido no período 2009-2014, é expeável que um setor como o imobiliário que, por definição compreende a comercialização de produtos duradouros e de alto valor monetário, registre as maiores perdas em termos de negócio, refletindo-se a maior aversão ao risco na redução da propensão para a compra de bens duradouros e na contração de crédito por parte das famílias.

Não obstante o anteriormente referido, os dados mais recentemente conhecidos indicam que durante o ano de 2014 assistimos a um forte aumento do volume de investimentos no setor imobiliário, sobretudo, por investidores estrangeiros, incluindo fundos e outros investidores institucionais que, depois de Espanha, centraram as suas atenções em Portugal, elegendo-o como “mercado-alvo”. Esta tendência deve vir a acentuar-se em 2015. Espera-se que ao longo deste ano, o volume de negócios no setor imobiliário possa ultrapassar mil milhões de euros, volume impensável há apenas dois anos.

De entre todas as mudanças e tendências do mercado imobiliário português destacam-se as mais importantes:

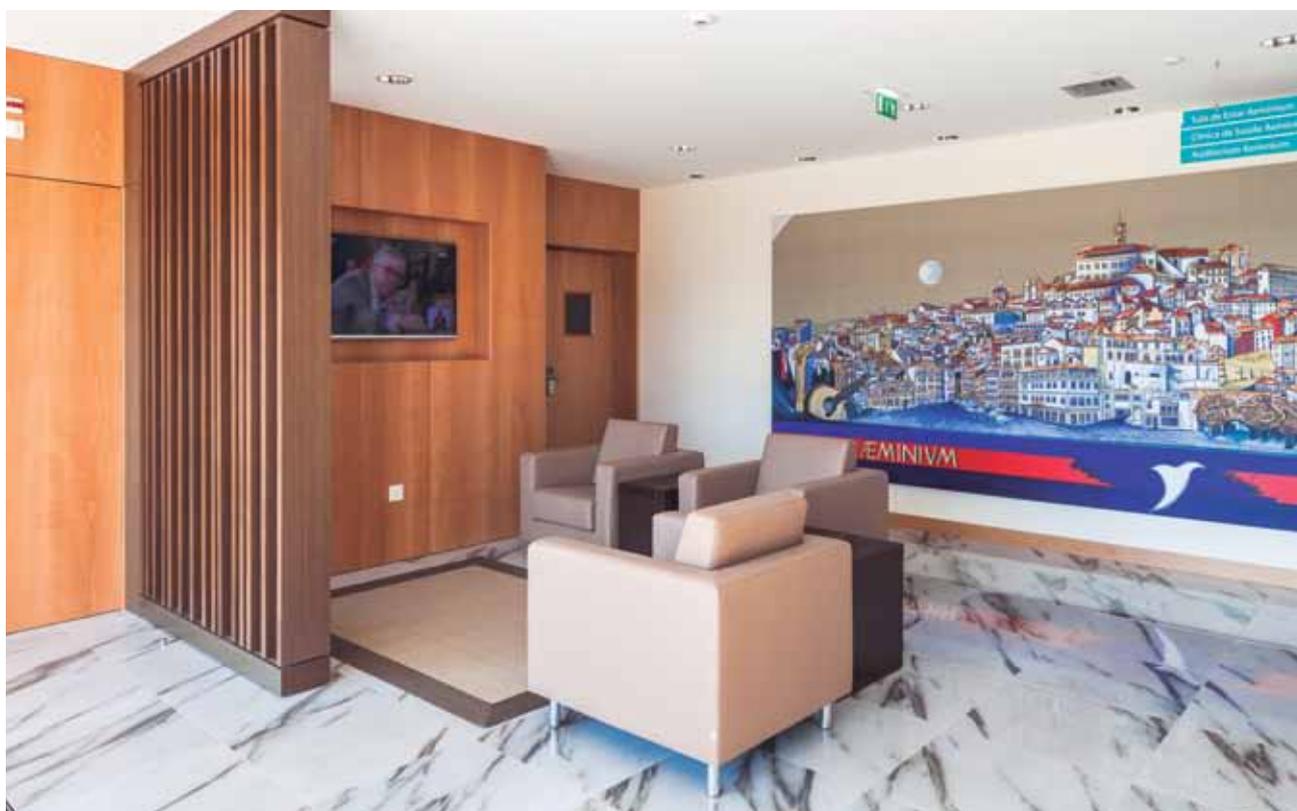
- **Enfoque na reabilitação urbana:** assistiu-se a um crescimento considerável no setor, com um aumento da atividade das empresas dedicadas à reabilitação urbana e consequente aumento do número de propriedades adquiridas.
- **Aumento do investimento imobiliário estrangeiro:** em 2014, para além dos fundos imobiliários tradicionais, assistiu-se a um volume significativo de investimento por parte de investidores chineses e angolanos, no âmbito do programa “Golden Visa”. Estes investimentos não se restringiram apenas ao segmento residencial, tendo-se verificado um aumento significativo da

procura no segmento de escritórios. Existe a expectativa de que Portugal continue a cimentar o seu lugar como um destino atrativo para europeus aposentados, atraídos pelos preços competitivos do mercado e pelos benefícios fiscais atualmente em vigor no país.

- **Sinais de reversão da tendência de desaceleração da construção:** tal como já anteriormente descrito, a construção continua a ser um setor com um crescimento muito lento, não devendo assistir-se à sua recuperação durante o ano de 2015. No entanto, alguns sinais de retoma da indústria poderão já ser visíveis, sobretudo no setor da reabilitação urbana. Neste setor tem-se verificado uma forte recuperação, com dezenas de projetos em curso.

- **Previsão de queda dos spreads bancários:** os *spreads* bancários, que atingiram níveis proibitivos nos últimos anos, tendem a cair ao longo de 2015, por via do aumento da liquidez que se tem registado. Este fator terá um impacto significativo sobre o volume de negócios imobiliários e financiamento de novos projetos.

Decorrente do acima exposto e apesar de ser possível falar de um início de recuperação em 2014, continuamos a entender que tal será relativamente prematuro, sendo que apesar de se observar uma redução no nível de contração nos indicadores de preços, construção, vendas e no volume de crédito, a verdade é que estes continuam a registar quedas em termos homólogos. Assim, tal como o setor imobiliário tombou num contexto de recessão económica, é expeável que este volte a crescer apenas num cenário de crescimento económico, sendo que o setor deverá beneficiar numa primeira fase da existência de pelo menos alguma procura acumulada por parte das famílias e dos setores do comércio e dos serviços. Acresce referir, pela positiva, a melhoria dos indicadores de confiança setoriais e a expectativa de que, ao longo do ano de 2015, a envolvente financeira se torne gradualmente menos restritiva. Assim, a esperada manutenção de níveis baixos de taxas de referência, a expectativa de redução dos *spreads* e de melhoria da atividade económica deverão favorecer a recuperação lenta do setor.





3. Atividade da Empresa em 2014





3.1

Comercial

3.1.1 - Mercado Nacional

O ano de 2014, em linha com as expectativas da MRG - EQUIPAV, foi profundamente negativo apesar da tendência de abrandamento na redução da atividade no Setor da Construção com alguma recuperação da atividade do setor, perspetivando uma situação mais favorável quanto à carteira de encomendas, ao emprego e à situação financeira das empresas.

O ano que passou, ainda assim, tornou-se o décimo terceiro ano consecutivo de redução de atividade das empresas do setor da Construção. Apesar dessa redução, os empresários da Construção demonstraram confiança numa recuperação da atividade do setor, perspetivando uma situação mais favorável quanto à carteira de encomendas, ao emprego e à situação financeira das empresas.

Assumindo a MRG - EQUIPAV o *core* do Grupo MRG (que concentrou nela toda a atividade de construção) e dando continuidade à sua estratégia de sustentabilidade, a Empresa procurou garantir a seu posicionamento no mercado nacional obtendo uma carteira de obras adequada à sua estrutura e objetivos.

A aposta nos estudos técnico comerciais e o desenvolvimento de formas distintas de atuação permitiram propor aos seus clientes soluções otimizadas indo ao encontro dos seus objetivos, tentando-se diferenciar desta forma da concorrência.

Em resumo, no ano foram apresentadas pelo departamento comercial 35 propostas no valor global de mais de 197.000.000 €. O valor de obras adjudicadas durante o ano de 2014 foi de, aproximadamente, 9.000.000 €, tendo sido também desenvolvidas importantes parcerias que trarão resultados a curto, médio e longo prazo.

Houve também tempo para se repensar criticamente o nosso posicionamento comercial e a forma como desenvolvemos esta atividade tão crítica para o desenvolvimento sustentável da Organização nos próximos anos, tendo dessa reflexão surgido algumas orientações estratégicas de desenvolvimento comercial para os anos que se avizinham.

Assim, a MRG - EQUIPAV decidiu desenvolver uma política de seleção de concursos e/ou oportunidades que permita uma sustentabilidade para o futuro, ao mesmo tempo que assegura Margens exequíveis com essa sustentabilidade, única forma de garantir a perpetuidade da Empresa.

3.1.2 - Mercado Externo

A internacionalização é uma opção arriscada que consome recursos financeiros e humanos escassos.

No caso da MRG - EQUIPAV, a internacionalização não foi empreendida como resposta a eventual insucesso no mercado nacional, ou porque a empresa dispõe de recursos financeiros temporariamente abundantes, mas sim como política de desenvolvimento sustentável, expansão e crescimento.

As vantagens competitivas adquiridas ao longo dos anos de atividade e o reforço de uma Equipa para assumir toda a Construção do Grupo, permitiu à MRG - EQUIPAV encarar os mercados externos com a confiança e determinação necessárias ao garante dos objetivos definidos no seu plano estratégico.

Assim, foi feita a aposta no Mercado da Argélia, tendo-se procedido à criação da Empresa MRG SPA, sociedade de direito argelino onde a MRG - EQUIPAV participa com 24,5 % do capital social.

Neste Mercado, a MRG SPA tem concorrido a diversos tipos de Obras públicas e privadas, havendo boas perspetivas de iniciar atividade durante o 1º semestre do ano de 2015.

No mercado Francês foi adquirida pela MRG - EQUIPAV à MRG Engineering & Solutions a participação na MRG Construction, sociedade de direito local que o Grupo tem para as operações de construção neste País.

No âmbito dessa Empresa, prossegue em bom ritmo a execução do contrato ganho junto de uma cooperativa de habitação em Bordéus havendo, igualmente, boas perspetivas de outras adju-

dicações num espaço temporal relativamente curto e que permitam sedimentar a nossa atividade num mercado tão competitivo e regulado como o francês.

Esta política de Internacionalização na área da Construção tem como suportes:

- A capacidade técnica: permite a competência na execução de vários tipos de trabalhos;
- O rigor na gestão: permite que a capacidade instalada a nível nacional possa ser redistribuída de forma equilibrada, evitando que a dispersão da empresa provoque uma diminuição da sua produtividade;
- A capacidade financeira: dá à Empresa flexibilidade e segurança de investimento, necessária para lidar com as adversidades exetáveis de encontrar;
- Uma política que privilegia a criação de parcerias com empresas locais.



3.2

Produção, Planeamento e Controlo

Tal como no ano de 2013, também em 2014 se manteve o forte ajustamento que se estava a dar no setor da Construção.

Assim, as Obras que estavam em curso em 2013 e que transi-
taram para 2014 atingiram um valor de produção que se cifrou
em 17.477.129,63 €, descritas no quadro a seguir apresentado:

OBRA	PRODUÇÃO 2014
Lar de Mortágua	33.641,43 €
Lar da Coutada - Santa Margarida	173.161,60 €
Lar de Idosos/SAD - Fundação Beatriz Santos - Coimbra	2.697.597,53 €
Edifício Escritórios Rua Alfredo Guisado - Tranquilidade - Lisboa	1.928.627,42 €
Edifício Sede da Associação Informática Região Centro - AIRC - Coimbra	2.604.148,61 €
Remodelação do Colégio da Graça - Coimbra	923.370,70 €
Centro Materno Infantil do Norte - Porto	5.479.881,65 €
Requalificação Urbana S. Pedro do Sul	94.114,49 €
Edifícios Centrais e Arranjos Exteriores - Obitec - Parque Tecnológico de Óbidos	1.290.550,20 €
Águas Residuais Ovar/S. João/Esmoriz/Cortegaça	2.252.036,00 €

A este volume de Obras em carteira que transitou do ano anterior,
juntaram-se apenas duas obras no ano 2014 que se destacam
a seguir:

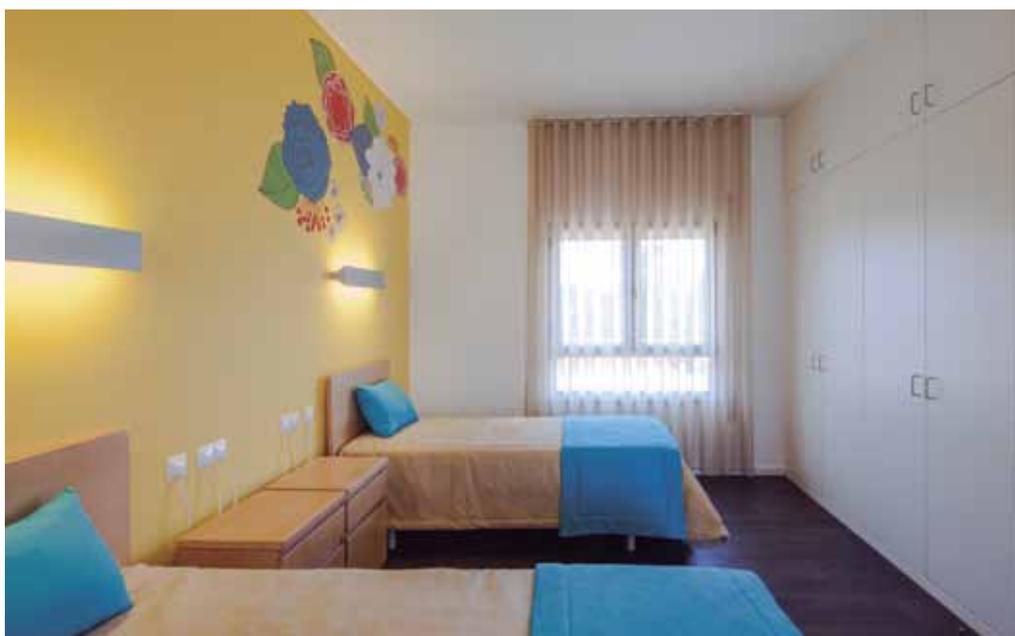
OBRA	PRODUÇÃO 2014
Fojo Retail Park	2.714.339,52 €
Demolição Cerâmica do Fojo	68.898,15 €

Desta forma, apesar da contração, foi atingido um valor de,
aproximadamente, 20.260.000 euros.

Tem sido uma aposta forte a identificação de *outputs* de con-
trole operacional, cada vez mais formatados e automatizados,
com a consequente melhoria dos sistemas de informação, que
nos permitam em tempo real agir com eficácia, não tolerando
factos consumados, que possam atingir os itens de prazo e

margem, aumentando assim a capacidade de gestão e decisão
a nível de toda a Empresa.

A racionalização dos recursos humanos tem surgido como uma
inevitabilidade, permitindo ganhos de produtividade signifi-
cativos, sem colocar em causa o nível de qualidade que o nosso
Cliente exige e que será sempre o apanágio da MRG - EQUIPAV.







3.3

Desempenho Financeiro

Apresentamos um conjunto de indicadores que caracterizam a estrutura financeira e desempenho da MRG - EQUIPAV, Engenharia e Construção SA.

• Ativo Líquido

O Ativo Líquido ascendeu a 13,133 milhões de euros, registando-se assim um decréscimo de 13,76% em relação ao ano anterior. Este decréscimo fica a dever-se essencialmente à diminuição da rubrica "Clientes", o que denota a melhoria do Prazo Médio de Recebimentos.

• Ativo Corrente

O Ativo Corrente fixou-se, no final do ano, em 10,063 milhões de euros, o que se traduziu numa variação negativa de 14,25% face ao ano anterior. A razão principal para esta variação é a já indicada para o Ativo Líquido.

• Capitais Próprios

O montante de Capitais Próprios, no final do exercício, totalizava 3,522 milhões de euros, o que corresponde a um significativo acréscimo de 75,41%. Importa salientar que, para além do contributo do Resultado Líquido do Período, esta variação significativa dos Capitais Próprios tem a sua origem na concretização, em dinheiro, de Prestações Acessórias pelos Acionistas da empresa no montante de 1.200.000,00 €.

• Dívida Líquida

Face ao ano anterior, a Dívida Líquida teve uma variação negativa de 44,52%, tendo-se fixado no final de 2014 em 929,984 milhares de euros. Esta significativa diminuição evidencia não só a aposta dos Acionistas na capitalização da MRG – EQUIPAV, bem como a estabilidade e suficiência do Fundo de Maneio da empresa.

• Volume de Negócios e Resultados

No exercício de 2014, o Volume de Negócios cresceu 3,23% face ao ano anterior, tendo atingido o montante de 22,026 milhões de euros. Este crescimento está em linha com a conjuntura do setor de atividade em que a empresa se insere. No mesmo período, o Resultado Líquido cifrou-se em 314,472 milhares de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 59,11% quando comparado com o ano anterior. Esta evolução resultou também da conjuntura nacional do mercado da construção, onde a tendência de diminuição das margens operacionais das obras adjudicadas claramente se manifesta.

• EBITDA

O EBITDA atingiu 562,809 milhares de euros, situando-se pra-

ticamente ao nível do ocorrido em 2012 e inferior ao que se havia registado no ano anterior.

• Dívida Líquida/EBITDA

No exercício de 2014 e não obstante a já mencionada diminuição da Dívida Líquida, este indicador teve em ligeiro acréscimo face ao ano anterior, passando de um *ratio* de 1,26 para 1,65. Esta performance deve-se à diminuição também ocorrida no EBITDA.

• Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro fixou-se em -90,973 milhares de euros, o que representou uma variação negativa de 23,01% face ao ano anterior. Esta performance fica a dever-se sobretudo às amortizações de capital previstas nas Linhas de Crédito PME Investe e PME Crescimento, com a subsequente redução dos respetivos encargos financeiros.



Algumas Rubricas e Indicadores (€, %)

RUBRICAS (EM €)	2014	2013	2012
Ativo Corrente	10.063.981,78 €	11.737.015,82 €	7.141.118,31 €
Ativo Não Corrente	3.069.280,51 €	3.491.425,70 €	285.316,69 €
Total do Ativo	13.133.262,29 €	15.228.441,52 €	7.426.435,00 €
Passivo Corrente	5.962.695,99 €	10.171.716,57 €	5.226.608,89 €
Passivo Não Corrente	3.648.235,20 €	3.048.680,23 €	960.763,83 €
Total do Passivo	9.610.931,19 €	13.220.396,80 €	6.187.372,72 €
Capitais Próprios	3.522.331,10 €	2.008.044,72 €	1.239.062,28 €
Vendas e Serviços Prestados	22.026.510,77 €	21.336.737,76 €	14.410.028,46 €
Resultado Operacional	507.103,61 €	1.145.284,36 €	627.660,08 €
Resultado Financeiro	-90.973,23 €	-118.162,59 €	-125.351,41 €
Resultado Líquido do Exercício	314.472,72 €	768.982,44 €	365.977,56 €

INDICADORES	2014	2013	2012
Liquidez Geral	1,69	1,15	1,37
Liquidez Reduzida	1,69	1,15	1,37
Autonomia Financeira	26,82%	13,19%	16,68%
Solvabilidade	36,65%	15,19%	20,03%
Endividamento	2,73	6,58	4,99
Cobertura do Ativo Não Corrente	2,34	1,45	7,71
EBITDA	562.809,95 €	1.327.233,17 €	780.894,71 €
EBITDA / Volume de Negócios	2,56%	6,22%	5,42%
Dívida Líquida / EBITDA	1,65	1,26	2,63
Rendibilidade das Vendas	1,43%	3,60%	2,54%
Rendibilidade do Ativo	3,86%	7,52%	8,45%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	8,93%	38,30%	29,54%

3.4

Qualidade, Segurança e Ambiente

A Empresa, através da implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e da Segurança (SIGQS) tem a oportunidade de evidenciar a Qualidade do seu serviço e a Segurança dos seus Colaboradores, contribuindo para o aumento de satisfação dos Clientes, o acesso a novos mercados e a redução de custos de funcionamento decorrente da melhoria do desempenho operacional. Por outro lado, implantou-se uma cultura de sensibilização e motivação dos Colaboradores, orientada para a melhoria contínua de todos os seus processos com vista ao aumento da satisfação dos seus Clientes e de todos os seus *stakeholders*.

Este tem sido um processo evolutivo de aperfeiçoamento do trabalho implementado envolvendo todos os seus profissionais.

No seguimento da decisão tomada em 2013 e implementada a partir do 2.º semestre do mesmo ano, e que diz respeito à transferência do *Core Business* da MRG - Engenharia e Construção, SA para a MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA, tornou-se necessário dotar esta última de um Sistema Integrado de Gestão de Qualidade e Segurança que assegurasse os padrões de qualidade e segurança que são cada vez mais um desígnio do Grupo MRG.

Neste sentido, no último trimestre de 2013, a Administração decidiu estender o âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade e Segurança existente na MRG - Engenharia e Construção, SA à MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA, aproveitando a oportunidade para simplificar procedimentos e práticas de metodologias de registos, adequando-a à gestão real da empresa e evidenciando o que efetivamente são as boas práticas desenvolvidas.

Em 22 de setembro de 2014 a MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA obtém, assim, a Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança, de acordo com os referenciais ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2001.

Regularmente, e de acordo com plano previamente elaborado, são realizadas auditorias que, para além de serem um dos fatores de garantia da implementação da Política Integrada da Empresa e seus objetivos, são igualmente encaradas como um fator pedagógico importantíssimo, permitindo sensibilizar todos os intervenientes para a importância do cumprimento das normas, regras, procedimentos, legislação e demais prescrições de segurança, qualidade e ambiente.

A manutenção integral do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança é avaliada pela realização de auditorias por equipas externas pela Entidade Certificadora SGS.

A realização de ações de Avaliação da Satisfação do Cliente contribui de forma significativa como indicador da eficácia do Sistema de Gestão, podendo também ser verificada através dos resultados dos índices de sinistralidade, quer da MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA, quer da MRG - Engenharia e Construção, SA.

Relativamente ao ano 2014 os valores obtidos foram:

MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA

- Índice de Frequência = 34,78
- Índice de Gravidade = 709,58
- Índice de Incidência = 67,34
- Índice de Duração = 20,40

Nº ACIDENTES	Nº MÉDIO DE TRABALHADORES	Nº DIAS PERDIDOS	Nº ACIDENTES MORTAIS
5	74	102	0



3.5

Recursos Humanos

QUEM COLABORA CONNOSCO

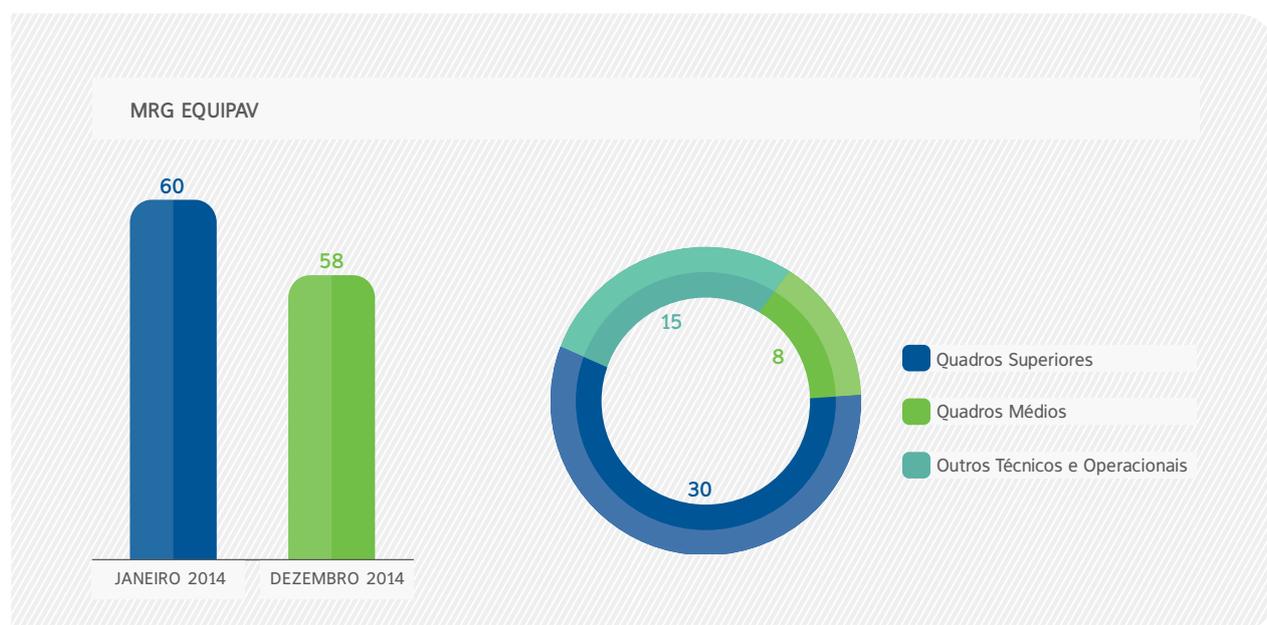
No ano de 2014 consolidou-se o processo que se iniciou no final do 1.º semestre de 2013, transferindo a Equipa Core da MRG Engenharia e Construção para a MRG EQUIPAV, colocando as “pessoas certas nos lugares certos”.

Foi também um ano de reflexão estratégica, de reorganização e reestruturação para o relançamento de um novo ciclo no triénio 2015/2017.

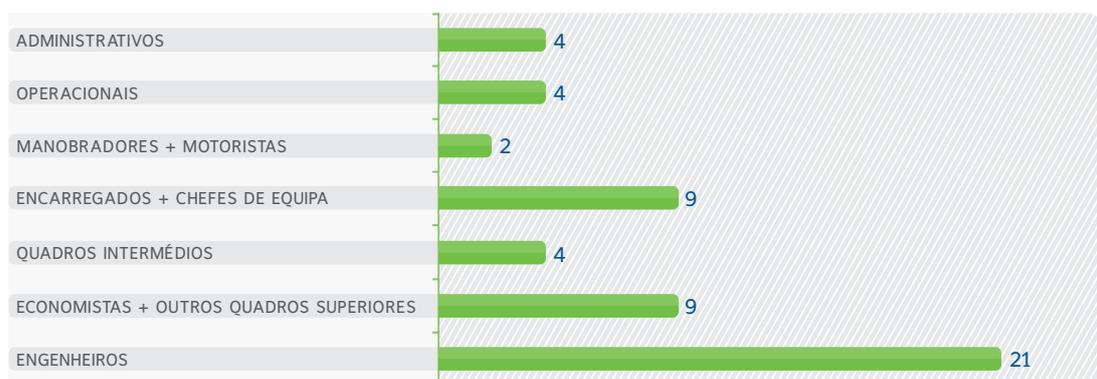
CATEGORIA	Nº COLABORADORES JAN-14	Nº COLABORADORES DEZ-14
Engenheiros	10	21
Economistas + Outros Quadros Superiores	7	9
Quadros Intermédios	3	4
Encarregados + Chefes de Equipa	12	9
Manobreadores + Motoristas	14	2
Operacionais	7	4
Administrativos	7	4
Prestadores Serviço	0	5
Total	60	58

A orientação estratégica levou-nos a um quadro de pessoal restrito e altamente qualificado, que nos permitisse dar início,

com confiança, ao relançamento de crescimento que se prevê para o próximo triénio.



2014



No ano de 2014 a MRG EQUIPAV deu continuidade ao POPH - Programa Operacional de Potencial Humano, mantendo o enfoque na melhoria contínua das pessoas através da formação.

Além deste programa foram desenvolvidas outras ações:

- **Programa Inov CONTACTO**, iniciado em 2013, com a integração de um Estagiário no Mercado Moçambicano, continuando em 2014 com a integração de um Estagiário no Mercado Francês. De realçar que este Programa, desenvolvido em parceria com a AICEP, pretende acolher e integrar jovens recém-licenciados com elevado potencial, espírito de liderança e motivação para abraçar desafios nos diferentes mercados internacionais. No caso concreto do Estagiário integrado no Mercado Moçambicano, findo o programa de estágio, continuou a sua colaboração com a Empresa em Moçambique.

- **Programa de Estágios Medida Emprego**, que apoia o acolhimento de jovens recém-licenciados à procura de Estágio Profissional com o objetivo de uma primeira integração no mercado de trabalho. Iniciaram o seu percurso profissional licenciados em diversas áreas, desde a Engenharia à Comunicação, Desenvolvimento

e Montagem de Novos Negócios com vista à diversificação do Grupo MRG, continuando a sua colaboração mesmo após a conclusão do Estágio Profissional.

- **Parcerias com Universidades e Institutos Politécnicos**, no sentido de acolher estudantes que procuram a realização de estágios em contexto real de trabalho, ainda numa fase letiva. Destacamos as parcerias com a FCTUC, Universidade Lusófona, ESTGViseu, ESEC, ISCAC, Centros de Formação Profissional (IEFP Coimbra).

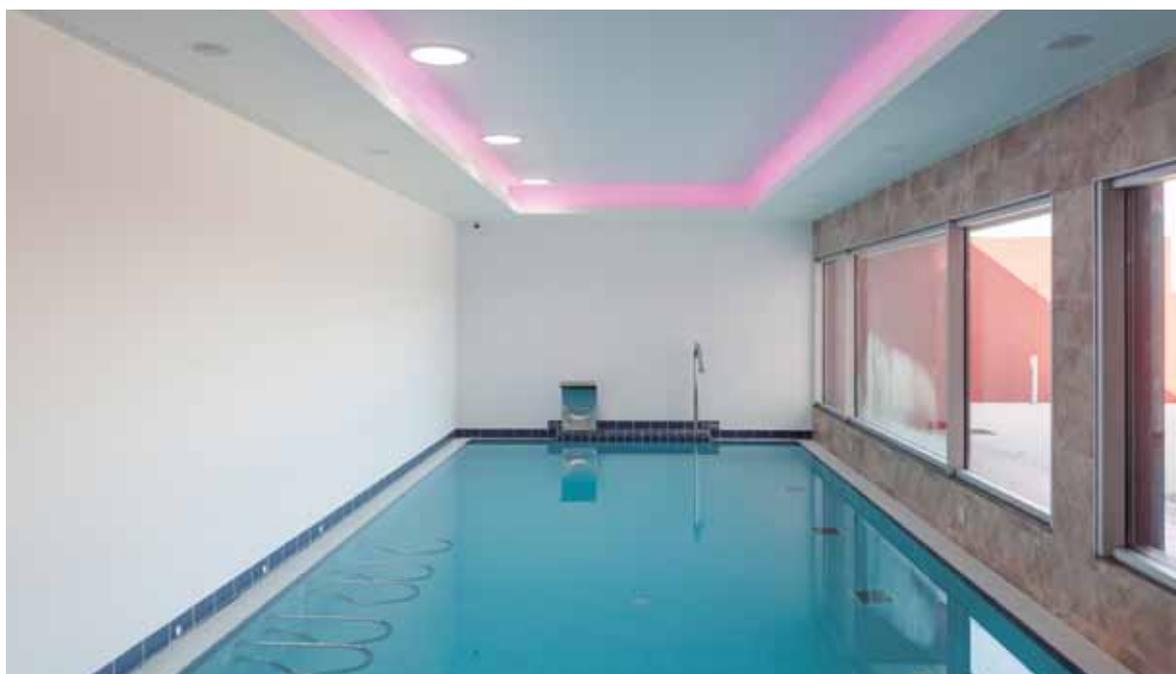
No desenvolvimento da Internacionalização do Grupo MRG nos países onde se encontra (Argélia, Moçambique, França e Cabo Verde), e considerando o desafio lançado aos Colaboradores no sentido de abraçarem estes projetos, ocorreu a expatriação de Quadros Técnicos nas Áreas de Gestão e de Engenharia, procurando nas Empresas criadas com Parceiros Locais implementar modelos de gestão e de construção utilizado pelo Grupo.

3.6

Factos Relevantes

Tal como já mencionado no Relatório de Gestão do ano de 2013, no presente exercício de 2014 a MRG EQUIPAV deu continuidade à estratégia de implementação nos mercados considerados como prioritários no processo de internacionalização. Neste contexto, nos mercados da Argélia e França foram reforçadas as equipas pluridisciplinares que se encontram a operar localmente, de molde a garantir que no decurso do ano de 2015, para além do mercado Francês, seja possível a concretização de alguns negócios nos outros mercados externos.

Em setembro de 2014 a MRG EQUIPAV realizou um leilão de equipamentos. Esta decisão de vender algumas máquinas e viaturas essencialmente utilizadas no subsector das vias de comunicação teve por base a constatação de que, a curto/médio prazo, não se vislumbram novas obras que permitam a adequada utilização desses equipamentos e a subsequente rentabilidade dos mesmos. Tratou-se, portanto, de uma opção estratégica, sendo que a alternativa seria a continuada degradação desses equipamentos fruto da sua paragem nos estaleiros da Empresa. Importa ainda referir que o preço final de venda dos vários lotes que compunham este leilão foi superior à base de licitação, situação que fica a dever-se ao bom estado em que se encontravam esses equipamentos e à postura de não venda a qualquer preço.







4. Perspetivas Futuras



4.

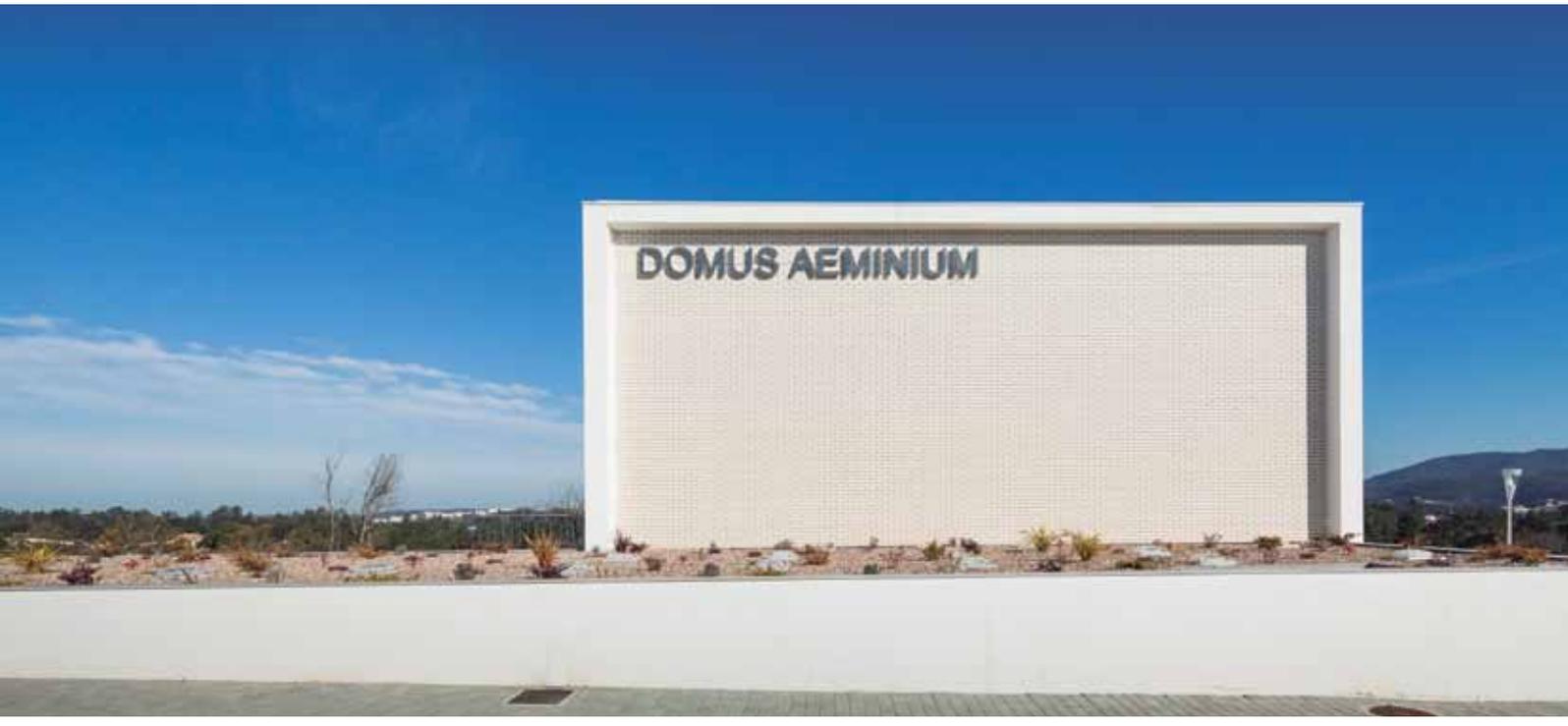
Perspetivas Futuras

O grande desafio de 2015 para a empresa prende-se fundamentalmente com a decisão estratégica de internacionalização da Organização, considerada fundamental para o desenvolvimento sustentado da mesma.

Ainda assim, será também desafiante toda a reorganização interna e estrutural que uma mudança de paradigma acarreta, nomeadamente na preparação das melhores equipas que aqui, no apoio, e localmente, na operacionalidade, levarão, sem a menor dúvida, este barco a bom porto.

Com todo este desenvolvimento, perspectiva-se que o ano de 2015 marque uma melhoria sustentada e crescente de todos os indicadores do negócio, tanto nacional como internacionalmente.







5. Proposta de Aplicação de Resultados





5.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2014, apurado nas Demonstrações Financeiras, no valor de € 314.472,72 (trezentos e catorze mil, quatrocentos e setenta e dois euros e setenta e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- € 15.723,64 (quinze mil, setecentos e vinte e três euros e sessenta e quatro cêntimos), para reforço da Reserva Legal.
- € 298.749,08 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e nove euros e oito cêntimos), para Resultados Transitados.







6. Nota Final



6.

Nota Final

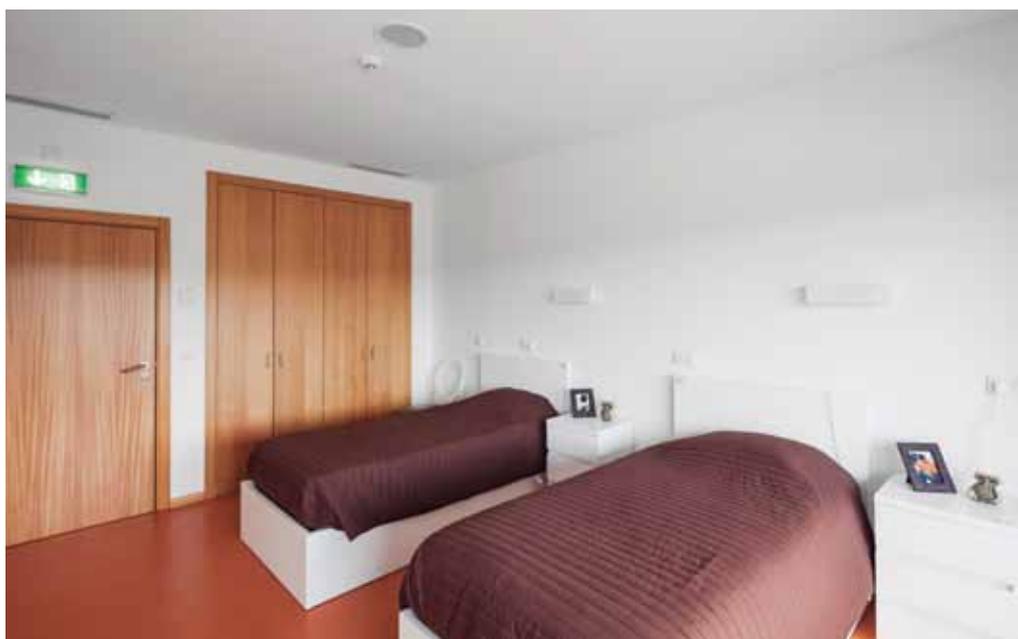
O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2014, o apoiaram na prossecução dos objetivos fixados para a Organização:

- Aos Colaboradores pela dedicação, zelo e profissionalismo;
- Aos Parceiros de Negócio pela confiança que ao longo dos anos vêm depositando na MRG EQUIPAV;
- Às Instituições Financeiras pelo permanente apoio e confiança, elementos imprescindíveis na concretização dos negócios;
- Aos Acionistas pelo apoio e confiança demonstrados nos diversos momentos de vida da Organização;
- Ao Revisor Oficial de Contas pela colaboração profissional prestada.

Seia, 09 de Março de 2015

O Conselho de Administração
Rodolfo Oliveira Gouveia
João Manuel Nunes Salvador
José Eduardo Loureiro da Silva
Maurício Teixeira Marques







7. Anexo ao Relatório de Gestão



7.1

Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Membros do Conselho de Administração: não são acionistas da sociedade, com exceção de Rodolfo Oliveira Gouveia, que detém a seguinte participação:

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTAGEM
Rodolfo Oliveira Gouveia	400.000	40,00 %
Total	400.000	40,00 %

Membro do Fiscal Único: Não é acionista da Sociedade.

7.2

Informação prevista no n.º 4.º do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Os Acionistas da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTAGEM
Fernando Manuel Rodrigues Gouveia	600.000	60,00 %
Rodolfo Oliveira Gouveia	400.000	40,00 %
Total	1.000.000	100,00 %

Seia, 09 de Março de 2015

O Conselho de Administração
 Rodolfo Oliveira Gouveia
 João Manuel Nunes Salvador
 José Eduardo Loureiro da Silva
 Maurício Teixeira Marques





8. Demonstrações Financeiras e Anexo



8.

Balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	915.771,22	1.178.827,88
Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial		509.256,60	0,00
Participações Financeiras - Outros Métodos	6	39.041,00	39.041,00
Outros Ativos Financeiros	7	554,59	104,43
Outras Contas a Receber	11	1.604.657,10	2.273.452,39
		3.069.280,51	3.491.425,70
Ativo Corrente			
Inventários	9	1.169,52	10.613,27
Clientes	10	1.797.192,20	8.878.823,67
Estado e Outros Entes Públicos	8	152.514,84	452.351,96
Outras Contas a Receber	11	7.536.993,52	1.742.443,23
Diferimentos	12	12.509,42	299.065,40
Caixa e Depósitos Bancários	4	563.602,28	353.718,29
		10.063.981,78	11.737.015,82
Total do Ativo		13.133.262,29	15.228.441,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	13	1.000.000,00	270.000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1.200.000,00	0,00
Reservas Legais	13	61.560,14	61.560,14
Resultados Transitados		946.484,58	907.502,14
Ajustamentos em Ativos Financeiros		-186,34	0,00
		3.207.858,38	1.239.062,28
Resultado Líquido do Período		314.472,72	768.982,44
Total do Capital Próprio		3.522.331,10	2.008.044,72
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	14	377.056,75	171.446,99
Financiamentos Obtidos	15	957.852,82	1.432.337,08
Outras Contas a Pagar	18	2.334.918,40	1.444.896,16
		3.669.827,97	3.048.680,23
Passivo Corrente			
Fornecedores	16	3.531.413,63	8.764.994,74
Estado e Outros Entes Públicos	8	189.108,17	231.275,36
Acionistas/Sócios	17	1.070.000,00	0,00
Financiamentos Obtidos	15	535.734,33	597.677,70
Outras Contas a Pagar	18	614.847,09	473.336,18
Diferimentos	12	0,00	104.432,59
		5.941.103,22	10.171.716,57
Total do Passivo		9.610.931,19	13.220.396,80
Total do Capital Próprio e do Passivo		13.133.262,29	15.228.441,52

8.

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 2014 e 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e Serviços Prestados	19	22.026.510,77	21.336.737,76
Subsídios à Exploração	20	6.082,01	971,08
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	21	163.310,94	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	-1.435.513,91	-1.308.180,18
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-18.729.257,59	-18.669.066,49
Gastos com o Pessoal	23	-2.034.677,80	-933.935,08
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	24	0,00	-76.438,47
Provisões (Aumentos/Reduções)	14	-205.609,76	-171.446,99
Outros Rendimentos e Ganhos	25	1.180.090,56	1.482.458,87
Outros Gastos e Perdas	26	-408.125,27	-333.867,33
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		562.809,95	1.327.233,17
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5	-55.706,34	-181.948,81
Resultado Operacional		507.103,61	1.145.284,36
Juros e Gastos Similares Suportados	27	-90.973,23	-118.162,59
Resultado Antes de Impostos		416.130,38	1.027.121,77
Imposto Sobre o Rendimento do Período	8	-101.657,66	-258.139,33
Resultado Líquido do Período		314.472,72	768.982,44



8.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 2014 e 2013

DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	26.833.094,46	13.108.866,65
Pagamentos a Fornecedores	23.850.236,08	10.491.317,66
Pagamentos ao Pessoal	2.179.632,89	467.943,21
Caixa Gerada pelas Operações	803.225,49	2.149.605,78
Pagamento de Imposto sobre o Rendimento	793.855,99	240.598,22
Outros Recebimentos/Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	(1.273.123,63)	(1.993.245,35)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)	(1.263.754,13)	(84.237,79)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros		125.045,00
Ativos Fixos Tangíveis	3.000,00	
Outros Ativos	735,79	
	3.735,79	125.045,00
Pagamentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros	162.382,00	10.010,30
	162.382,00	10.010,30
Fluxos das Atividades de Investimento (2)	(158.646,21)	115.034,70
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	241.250,00	4.280.106,79
Realização de Capital e Outros Instrumentos de Capital Próprio	1.200.000,00	
Outras Operações de Financiamento	1.720.000,00	
	3.161.250,00	4.280.106,79
Pagamentos Respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	757.574,76	3.755.583,78
Amortizações Contratos Locação Financeira	31.287,96	29.210,71
Juros e Gastos Similares	90.102,95	97.012,63
Outras Operações de Financiamento - Suprimentos	650.000,00	125.000,00
	1.528.965,67	4.006.807,12
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)	1.632.284,33	273.299,67
Variação de Caixa e seus Equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	209.883,99	304.096,58
Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício	353.718,29	49.621,71
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	563.602,28	353.718,29



8.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 2014 e 2013

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE				
	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	
2013				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013 (1)	270.000,00		43.260,14	
Alterações no Período				
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico				
Alterações de Políticas Contabilísticas				
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras				
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis				
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações				
Ajustamentos por Impostos Diferidos				
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio			18.300,00	
(2)	-	-	18.300,00	
Resultado Líquido do Período (3)				
Resultado (4=2+3)				
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
Realização de Capital				
Realizações de Prêmios de Emissão				
Distribuições				
Entradas para Cobertura de Perdas				
Outras Operações				
(5)	-	0,00	-	
Posição no Fim do Período 2013 (1+2+3+5)	270.000,00	0,00	61.560,14	
2014				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 (6)	270.000,00		61.560,14	
Alterações no Período				
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico				
Alterações de Políticas Contabilísticas				
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras				
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis				
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações				
Ajustamentos por Impostos Diferidos				
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio				
(7)	-	-	0,00	
Resultado Líquido do Período (8)				
Resultado (9=7+8)				
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
Realização de Capital	730.000,00			
Realizações de Prêmios de Emissão				
Distribuições				
Entradas para Cobertura de Perdas				
Outras Operações		1.200.000,00		
(10)	730.000,00	1.200.000,00	0,00	
Posição no Fim do Período 2014 (6+7+8+10)	1.000.000,00	1.200.000,00	61.560,14	

RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	RESULTADOS LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
559.824,58		365.977,56	1.239.062,28	1.239.062,28
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
347.677,56		(365.977,56)	0,00	-
347.677,56	-	(365.977,56)	0,00	-
		768.982,44	768.982,44	768.982,44
		403.004,88	768.982,44	768.982,44
			-	-
			-	-
			0,00	0,00
			-	-
			-	-
-	-	-	0,00	0,00
907.502,14	-	768.982,44	2.008.044,72	2.008.044,72
907.502,14		768.982,44	2.008.044,72	2.008.044,72
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
768.982,44	(186,34)	(768.982,44)	-186,34	-186,34
768.982,44	(186,34)	(768.982,44)	(186,34)	(186,34)
		314.472,72	314.472,72	314.472,72
		(454.509,72)	314.286,38	314.286,38
(730.000,00)			0,00	-
			-	-
			0,00	0,00
			-	-
			1.200.000,00	1.200.000,00
(730.000,00)	-	-	1.200.000,00	1.200.000,00
946.484,58	(186,34)	314.472,72	3.522.331,10	3.522.331,10

8.1

Identificação da Empresa

Designação da empresa:

MRG – EQUIPAV, Engenharia e Construção, S.A.

Sede social:

Parque Industrial da Abrunheira, Lotes 9 e 10, Vila Chã, Seia.

NIPC 503 156 035

8.2

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

8.2.1 - Referencial Contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram adotadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo que, de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- **Pressuposto da Continuidade**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- **Regime da Periodização Económica (Acréscimo)**

A Empresa reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por Acréscimos de Rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por Acréscimos de Gastos”.

- **Materialidade e Agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das Demonstrações Financeiras.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013.

8.2.2 - Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

8.3

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

8.3.1 - Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado pelo método da linha reta.

8.3.2 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

8.3.3 - Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 € e à taxa de 23% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC, assim apurado, acresce ainda derrama e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

8.3.4 - Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos Resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

8.3.5 - Clientes e Outros Valores a Receber

As contas de “Clientes” e “Outros Valores a Receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de Imparidade Acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

8.3.6 - Caixa e Depósitos Bancários

O montante incluído na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” é composto pelos valores de depósitos à ordem.

8.3.7 - Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

8.3.8 - Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a Fornecedores e Outros Credores são registadas pelo seu valor nominal.

8.3.9 - Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes quando o seu vencimento ocorre até 12 meses e incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

8.3.10 - Rédito

O rédito corresponde ao valor das vendas e serviços prestados decorrentes da atividade normal da Empresa.

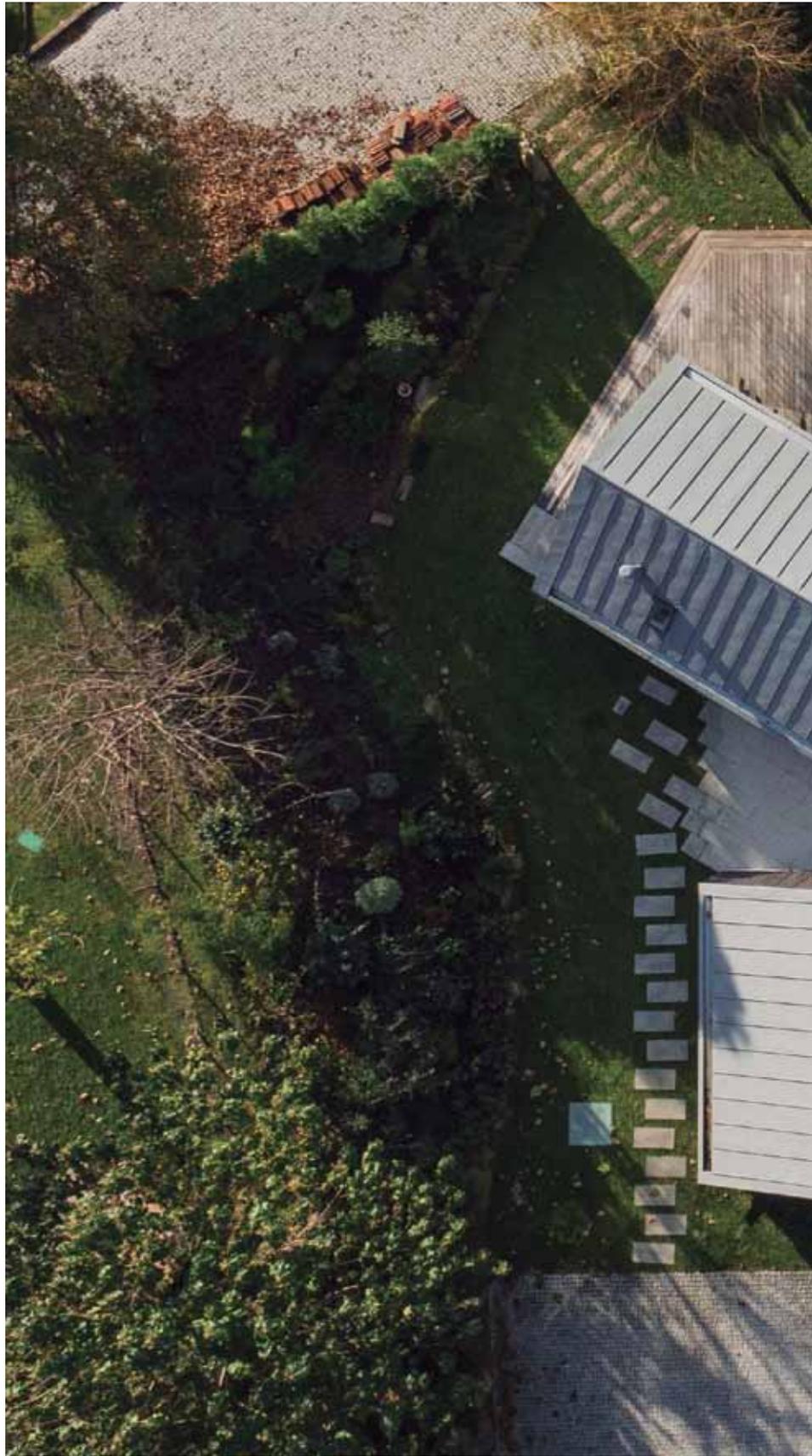
O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O rédito foi reconhecido de acordo com a NCRF 19, tendo sido possível mensurá-lo fiavelmente.

8.3.11 - Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos com estágios profissionais, pelo que são reconhecidos à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.





8.4

Fluxos de Caixa

A desagregação dos valores inscritos nas Rubricas de Caixa e em Depósitos Bancários nos Anos de 2014 e 2013 é explicitada da seguinte forma:

No ano de 2014

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Caixa				
Depósitos à Ordem	353.718,29	209.883,99		563.602,28
Outros Depósitos Bancários				
Total	353.718,29	209.883,99	0,00	563.602,28

No ano de 2013

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Caixa				
Depósitos à Ordem	49.621,71	304.096,58		353.718,29
Outros Depósitos Bancários				
Total	49.621,71	304.096,58		353.718,29

8.5

Ativos Fixos Tangíveis

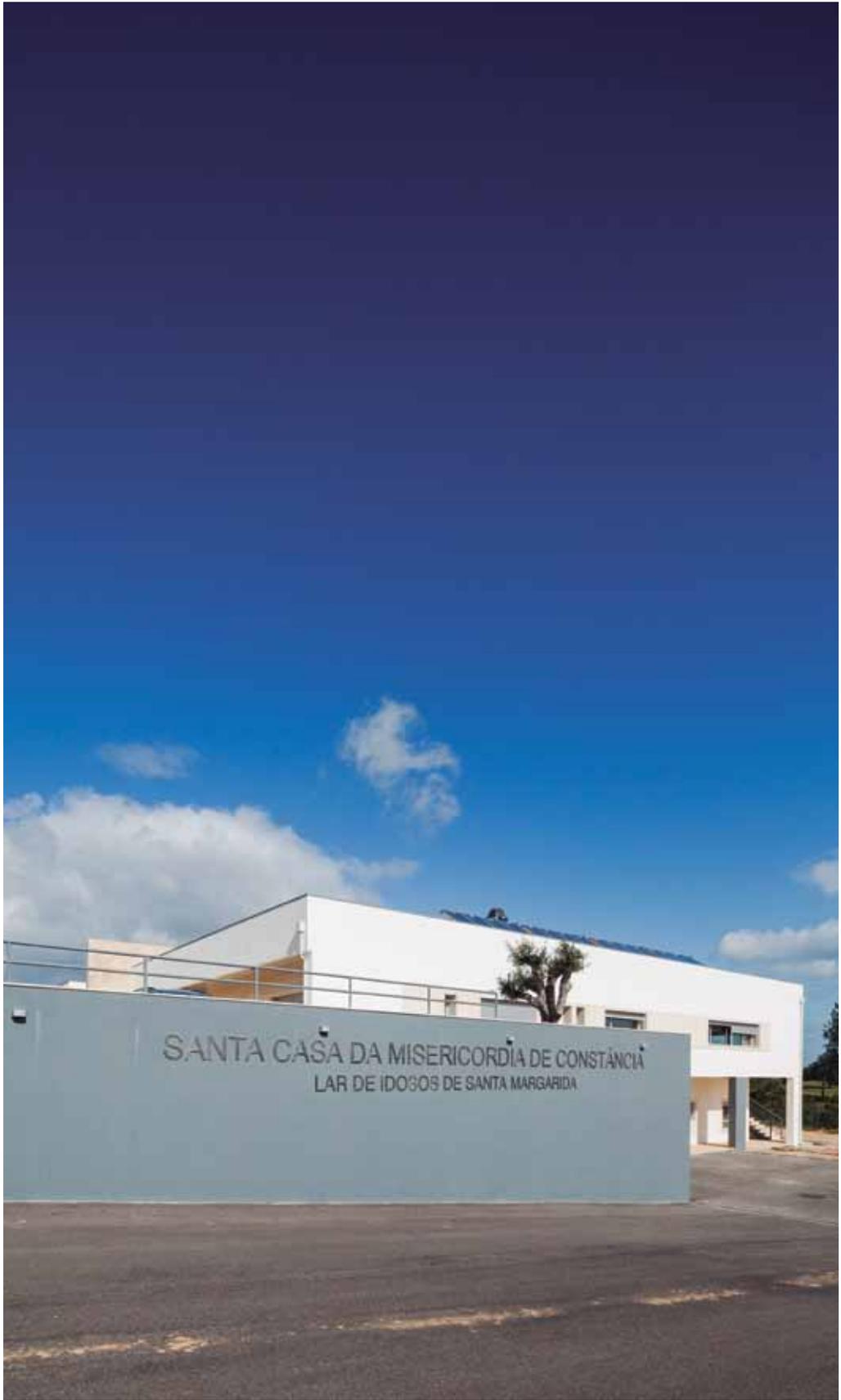
As divulgações sobre os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se explicitadas nos quadros que se seguem:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Valor Bruto		
Terrenos e Recursos Naturais	187.872,50	187.872,50
Edifícios e Outras Construções	563.617,50	563.617,50
Equipamento Básico	309.362,93	1.109.749,65
Equipamento de Transporte	26.658,54	152.000,00
Equipamento Administrativo	70,30	70,30
	1.087.581,77	2.013.309,95
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do Período	55.706,34	181.948,81
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	116.104,21	652.533,26
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	0,00	0,00
	171.810,55	834.482,07
	915.771,22	1.178.827,88

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
2014						
Valor Bruto no Início	187.872,50	563.617,50	1.109.749,65	152.000,00	70,30	2.013.309,95
Depreciações Acumuladas			818.668,17	15.743,60	70,30	834.482,07
Saldo no Início do Período	187.872,50	563.617,50	291.081,48	136.256,40	0,00	1.178.827,88
Variações do Período		-11.272,35	-135.272,08	-116.512,23		-263.056,66
Total de Aumentos			635,80	3.658,54		4.294,34
Aquisições			635,80	3.658,54		4.294,34
Total Diminuições		11.272,35	135.907,88	120.170,77		267.351,00
Depreciações do Período		11.272,36	39.019,55	5.414,44		55.706,35
Alienações			96.888,33	114.756,33		211.644,66
Outras Transferências						
Saldo no Fim do Período	187.872,50	552.345,15	155.809,40	19.744,17	0,00	915.771,22
Valor Bruto no Fim do Período		563.617,50	309.362,93	26.658,54	70,30	899.709,27
Depreciações Acumuladas no Fim do Período		11.272,35	153.553,53	6.914,37	70,30	171.810,55
2013						
Valor Bruto no Início			867.249,65	12.500,00	70,30	879.819,95
Depreciações Acumuladas			649.077,54	3.385,42	70,30	652.533,26
Saldo no Início do Período			218.172,11	9.114,58		227.286,69
Variações do Período	187.872,50	563.617,50	72.909,37	127.141,82		951.541,19
Total de Aumentos						
Aquisições	187.872,50	563.617,50	242.500,00	139.500,00		1.133.490,00
Total Diminuições			169.590,63	12.358,18		181.948,81
Depreciações do Período			169.590,63	12.358,18		181.948,81
Outras Transferências						
Saldo no Fim do Período	187.872,50	563.617,50	291.081,48	136.256,40		1.178.827,88
Valor Bruto no Fim do Período	187.872,50	563.617,50	1.109.749,65	152.000,00	70,30	2.013.309,95
Depreciações Acumuladas no Fim do Período			818.668,17	15.743,60	70,30	834.482,07

A Empresa opta pelo método do custo para escriturar os seus Ativos Fixos Tangíveis. A Empresa mantém a opção do método da linha reta para escriturar as depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis e inicia o cálculo das depreciações após o início de utilização dos bens.





8.6

Participações Financeiras

• PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP)

PARTICIPAÇÕES PELO MEP	VALOR INICIAL	VARIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	OUTRAS VARIAÇÕES	VALOR FINAL
MRG SPA	245.000,00	-3.457,13	0	241.542,87
MRG Construction	101.132,00	166.768,07	-186,34	267.713,73
	346.132,00	163.310,94	-186,34	509.256,60

• PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DO CUSTO

INVESTIMENTOS NOUTRAS EMPRESAS	VALOR
SPGM - Sociedade de Investimentos, S.A.	7.500,00
Oeiras Primus, S.A.	1.500,00
Luz do Mondego, S.A.	1,00
Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	16.680,00
Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	6.680,00
Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	6.680,00
Total de Investimentos	39.041,00

8.7

Outros Ativos Financeiros

Nesta rubrica estão registados os montantes de Fundo de Compensação de Trabalho destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, para os trabalhadores que foram admitidos a partir de 01 de outubro de 2013.

8.8

Impostos e Contribuições

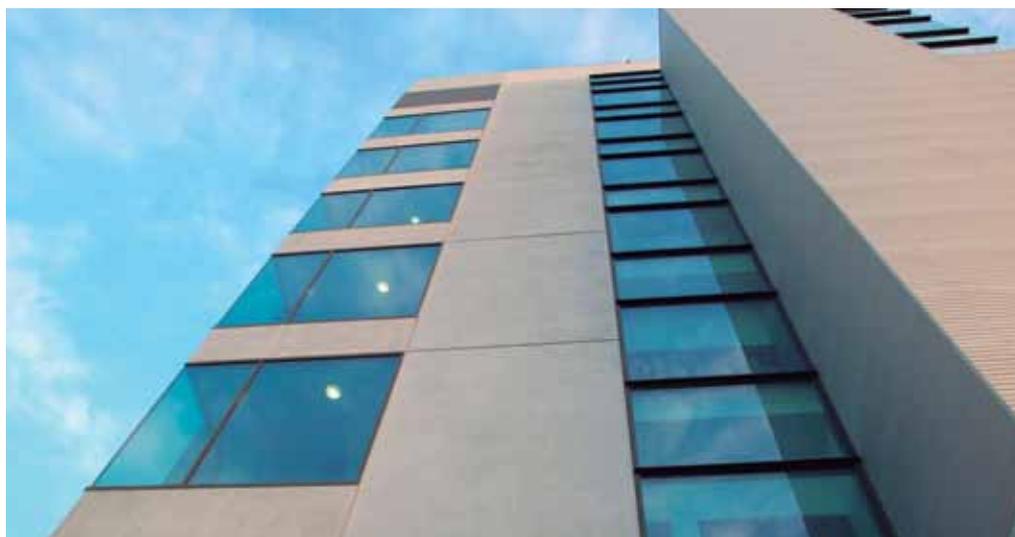
Divulgação das principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Resultado Antes de Impostos do Período	416.130,38	1.027.121,77
Imposto Corrente	101.657,66	258.139,33
Imposto Diferido		
Imposto sobre o Rendimento do Período	101.657,66	258.139,33
Tributações Autónomas	26.511,44	7.631,58

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

DESCRIÇÃO	SALDO DEVEDOR 2014	SALDO CREDOR 2014	SALDO DEVEDOR 2013	SALDO CREDOR 2013
Imposto Sobre o Rendimento	254.172,50	101.657,66	119.547,00	258.139,33
Pagamentos Normais	247.860,00		119.547,00	
Retenções Efetuadas por Terceiros	6.312,50			
Imposto Estimado		101.657,66		258.139,33
Retenção de Impostos sobre Rendimentos		35.699,39		23.823,77
IVA a Pagar		103.920,15		23.090,28
IVA a Recuperar			12.351,96	
IVA Reembolsos Pedidos			440.000,00	
Contribuições para a Segurança Social		48.496,76		44.725,64
Tributos Autarquias Locais (IMI)		930,45		930,45
Outras Tributaçãoes (FCT e FGCT)		61,42		112,89
Total	254.172,50	290.765,83	571.898,96	350.822,36

DESCRIÇÃO	2014	2013
Ativo		
Imposto Sobre o Rendimento	152.514,84	
IVA a Recuperar	0,00	12.351,96
IVA Reembolsos Pedidos	0,00	440.000,00
	152.514,84	452.351,96
Passivo		
Imposto Sobre o Rendimento		138.592,33
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos	35.699,39	23.823,77
IVA a Pagar	103.920,15	23.090,28
Contribuições para a Segurança Social	48.496,76	44.725,64
Tributos Autarquias Locais (IMI)	930,45	930,45
Outras Tributaçãoes (FCT e FGCT)	61,42	112,89
	189.108,17	231.275,36



8.9

Inventários

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

No ano de 2014

DESCRIÇÃO	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS	TOTAL PERÍODO
Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
Inventários Iniciais			
Compras	3.906,42	1.431.607,49	1.435.513,91
Reclassificação e Regularização de Inventários			
Inventários Finais			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.906,42	1.431.607,49	1.435.513,91
Adiantamentos por Conta de Compras		1.169,52	1.169,52

No ano de 2013

DESCRIÇÃO	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS	TOTAL PERÍODO
Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
Inventários Iniciais			
Compras	3.212,99	1.304.967,19	1.308.180,18
Reclassificação e Regularização de Inventários			
Inventários Finais			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.212,99	1.304.967,19	1.308.180,18
Adiantamentos por Conta de Compras		10.613,27	10.613,27

8.10

Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Clientes Gerais	1.299.903,12	8.314.466,25
Clientes Empresas Associadas	0,00	0,00
Clientes Fatoring	0,00	16.935,56
Clientes c/ Retenções	497.289,08	547.421,86
Clientes de Cobrança Duvidosa	76.438,47	76.438,47
Adiantamentos de Clientes		0,00
	1.873.630,67	8.955.262,14
Perdas por Imparidade do Período	0,00	76.438,47
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	76.438,47	0,00
	76.438,47	76.438,47
	1.797.192,20	8.878.823,67

8.11

Outras Contas a Receber

A rubrica de Outras Contas a Receber é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
NÃO CORRENTE		
Outros Devedores		
Empresas com Ligações - MRG	1.386.730,34	2.273.452,39
Saldos Devedores Fornecedores	217.926,76	0,00
	1.604.657,10	2.273.452,39
CORRENTE		
Fornecedores C/C	4.680,84	4.361,15
Fornecedores de Investimentos	2.710,62	2.710,62
Devedores por Acréscimos Rendimentos	2.398.923,30	1.393.859,44
Outros Devedores		
Devedores Diversos (Juros de Mora - MRG)	335.611,26	
Devedores Diversos (Rendas - MRG)	1.500,00	
Empresas com Ligações - INOTEC		25.000,00
Empresas com Ligações - MRG	4.677.957,74	
Saldos Devedores Fornecedores	114.708,06	309.761,63
Cauções a Fornecedores	901,70	
Diversos		6.750,39
	7.536.993,52	1.742.443,23

8.12

Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVO		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	12.509,42	6.517,56
Fee Transferências Obras	0,00	292.547,84
	12.509,42	299.065,40
PASSIVO		
Rendimentos a Reconhecer		
% Acabamento Obras		104.432,59
	0,00	104.432,59

8.13

Instrumentos de Capital Próprio

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de 1.000.000,00 €, representado por 1.000.000 ações de valor nominal de 1,00 € cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2014.

Em 2014 foi realizado um aumento de capital por incorporação de Reservas no valor de 730.000€.

RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do Capital Social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2014 a empresa registou Prestações Acessórias no valor de 1.200.000€.

8.14

Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Garantias a Clientes	0,00	138.742,62		138.742,62
Processos Judiciais	0,00	20.387,37		20.387,37
Provisões para Outros Riscos e Encargos	171.446,99	46.479,77		217.926,76
	171.446,99	205.609,76	0,00	377.056,75

MOVIMENTO DAS PROVISÕES	GARANTIAS A CLIENTES	PROCESSOS JUDICIAIS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
Saldo no Início do Período	0,00	0,00	171.446,99	171.446,99
Variações no Período	138.742,62	20.387,37	46.479,77	205.609,76
Aumentos do Período	138.742,62	20.387,37	46.479,77	205.609,76
Constituição	138.742,62	20.387,37	46.479,77	205.609,76
Diminuições do Período	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no Fim do Período	138.742,62	20.387,37	217.926,76	377.056,75

8.15

Financiamentos Obtidos

Esta Rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
NÃO CORRENTE		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	830.050,52	1.344.191,89
Locações Financeiras	66.552,42	88.145,19
Participantes de Capital	61.250,00	
	957.852,94	1.432.337,08
CORRENTE		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	514.141,44	561.016,44
Locações Financeiras	21.592,77	20.572,51
Factoring	,00	16.088,75
	535.734,21	597.677,70

8.16

Fornecedores

A Rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Fornecedores C/C		
Fornecedores Gerais	2.200.114,70	8.034.112,20
Fornecedores <i>Confirming</i>	544.589,00	0,00
Fornecedores <i>Factoring</i>	786.709,93	730.882,54
	3.531.413,63	8.764.994,74





8.17

Acionistas/Sócios

A Rubrica de Acionistas/Sócios é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Acionistas/Sócios		
Eng. Fernando Gouveia	1.070.000,00	0,00
	1.070.000,00	0,00

8.18

Outras Contas a Pagar

A Rubrica de Outras Contas a Pagar é analisada conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Não Corrente		
Fornecedores c/ Retenções	1.726.251,73	1.444.896,16
Fornecedores de Investimentos	461.666,67	0,00
Credores por Subscrições Não Liberadas	147.000,00	0,00
	2.334.918,40	1.444.896,16
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	230.833,33	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos		
Encargos com Pessoal	315.348,75	400.633,64
Juros a Liquidar	10.554,71	14.932,59
FSE	0,00	37.900,46
Credores por Subscrições Não Liberadas	36.750,70	0,70
Outros Credores	11.155,58	600,00
Pessoal	10.204,02	19.268,79
	614.847,09	473.336,18

8.19

Vendas e Serviços Prestados

A Rubrica de Vendas e Serviços Prestados reconhecidos pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Vendas de Bens	81.942,10	28.830,13
Prestação de Serviços	21.944.568,67	21.307.907,63
Total	22.026.510,77	21.336.737,76

8.20

Subsídios à Exploração

Nesta Rubrica foram registados os subsídios à exploração destinados à cobertura de gastos com estágios profissionais.

DESCRIÇÃO	2014	2013
Subsídios à Exploração		
Apoios IEFP (Estágios)	6.082,01	971,08
Total	6.082,01	971,08

8.21

Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

A Rubrica de Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
MRG-SPA	-3.457,13	
MRG-Construction	166.768,07	
Total	163.310,94	0,00

8.22

Fornecimentos e Serviços Externos

A Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Subcontratos	17.267.388,07	17.807.412,30
Serviços Especializados	665.394,46	678.720,27
Trabalhos Especializados	295.282,98	592.730,40
Publicidade e Propaganda	16.873,53	13.648,10
Vigilância e Segurança	74.384,26	25.250,00
Honorários	192.443,84	
Conservação e Reparação	38.174,51	17.797,20
Outros	48.235,34	29.294,57
Materiais	22.937,30	11.837,94
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	6.244,84	8.267,63
Livros e Documentação Técnica	12.543,45	1.916,44
Material de Escritório	3.916,74	1.653,87
Artigos para Oferta	232,27	
Energia e Fluidos	110.931,97	4.411,24
Eletricidade	12.198,05	1.303,87
Combustíveis	94.918,09	2.537,48
Água	3.815,83	569,89
Deslocações, Estadas e Transportes	479.455,60	124.472,68
Deslocações e Estadas	477.382,85	122.423,56
Transportes de Mercadorias	2.072,75	2.049,12
Serviços Diversos	183.150,19	42.212,06
Rendas e Alugueres	147.414,70	5.875,00
Comunicação	2.167,76	1.563,93
Seguros	17.436,42	13.793,16
Contencioso e Notariado	2.991,80	2.328,50
Despesas de Representação	2.980,21	2.445,45
Limpeza, Higiene e Conforto	9.625,43	6.241,82
Outros Serviços	533,87	9.964,20
Total	18.729.257,59	18.669.066,49



8.23

Gastos com o Pessoal

A Rubrica de Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Remunerações do Pessoal	1.559.888,83	728.005,74
Indemnizações	39.332,62	30.490,00
Encargos Sobre as Remunerações		
Encargos Sobre as Remunerações - SS	354.428,64	164.758,65
Encargos sobre as Remunerações - FGCT	95,92	8,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	30.063,83	6.903,80
Outros Gastos com o Pessoal	50.867,96	3.768,43
Total	2.034.677,80	933.935,08

O Número Médio de Pessoal ao serviço da Empresa durante o exercício de 2014 foi de 75 trabalhadores.

8.24

Imparidade de Dívidas a Receber

Esta Rubrica é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Perdas por Imparidade		
Clientes		76.438,47
Reversões de Perdas por Imparidade		
Total	0,00	76.438,47



8.25

Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da Rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013 é conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Rendimentos Suplementares		
Aluguer de Equipamento	600,00	126.772,52
Restituição de Gastos	337.190,99	1.244.655,33
Descontos Obtidos	20.935,22	46.426,09
Ganhos em Ativos Financeiros	4,59	50.045,00
Alienações Ativos Tangíveis	452.318,50	
Indemnizações por Sinistros	350,00	
Rendas de Imóveis	20.000,00	
Outros Rendimentos	13.080,00	14.559,93
Juros Obtidos de Outros Financiamentos Concedidos	335.611,26	
Total	1.180.090,56	1.482.458,87

8.26

Outros Gastos e Perdas

A composição da Rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Impostos	108.263,13	11.938,56
Alienações Ativos Fixos	2.989,58	
Donativos	0,00	1.275,00
Quotizações	454,80	454,80
Fee Transferência de Obras (*)	292.547,84	319.723,52
Outros	3.869,92	475,45
Total	408.125,27	333.867,33

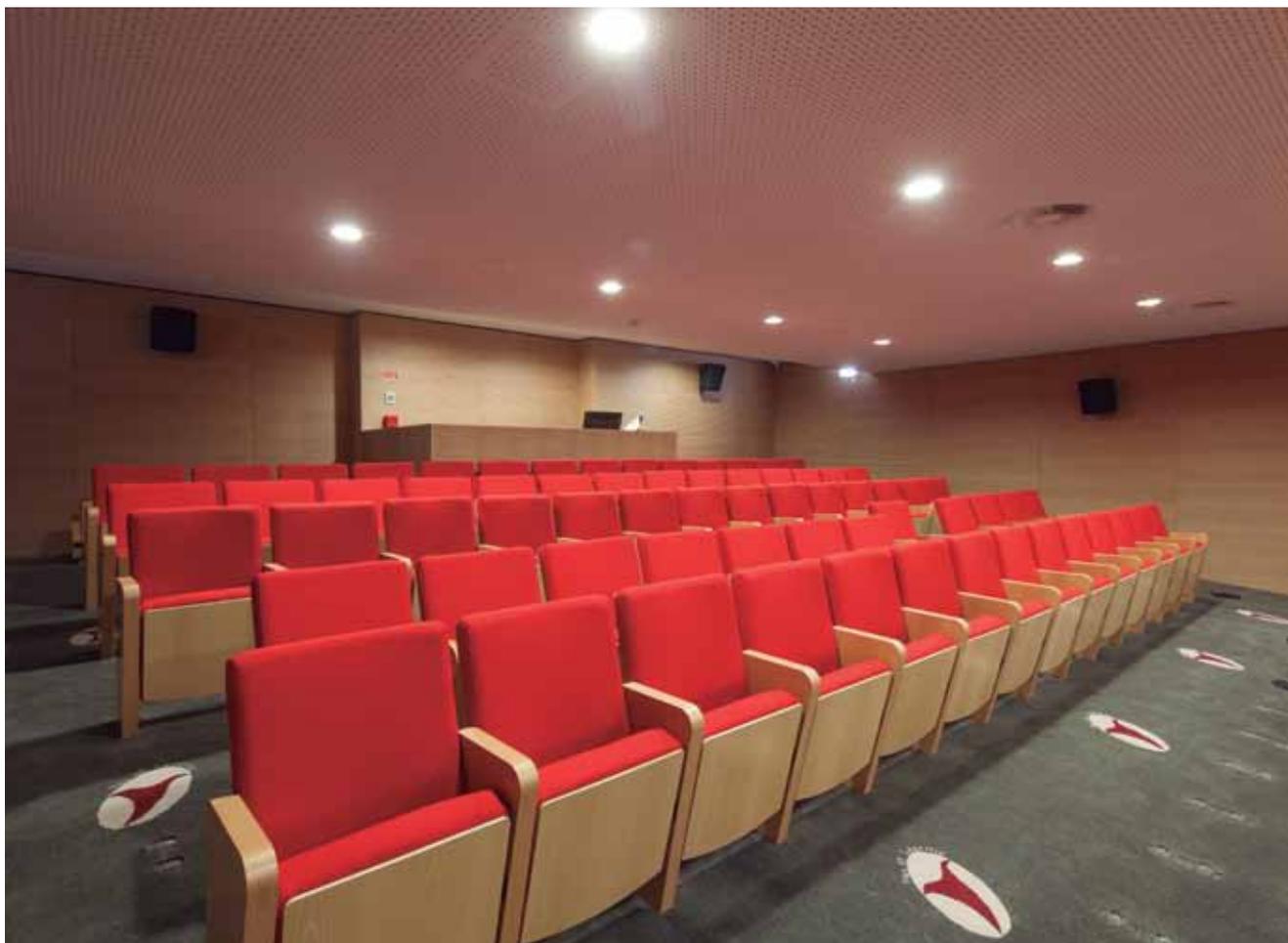
(*) A Rubrica “Fee transferência de obras” corresponde ao gasto reconhecido do Fee de transferência de obras proporcional à produção executada no exercício de 2014.

8.27

Juros e Gastos Similares Suportados

Os Gastos e Perdas de Financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Juros e Gastos Similares	90.973,23	118.162,59
Total	90.973,23	118.162,59



8.28

Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 7.800€.

FAZENDA PÚBLICA

Nos termos do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, declara-se que a Empresa não é devedora de quaisquer impostos vencidos ao Setor Público Estatal.

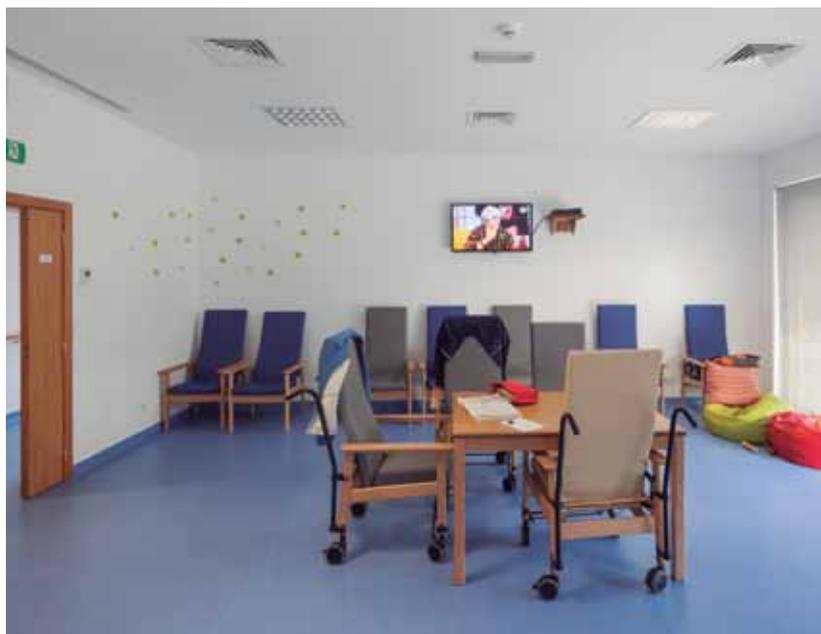
SEGURANÇA SOCIAL

Nos termos do n.º 1 do Artigo 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, declara-se que a Empresa não é devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social.

8.29

Outras Divulgações - Informação Adicional

A numeração inserida no Balanço e na Demonstração dos Resultados corresponde à numeração do Anexo, excluindo o radical "8".







9. Relatórios e Pareceres dos Auditores e do Fiscal Único



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MRG – EQUIPAV, Engenharia e Construção, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 13.133.262,29 euros e um total de capital próprio de 3.522.331,10 euros, incluindo um resultado líquido de 314.472,72 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **MRG – EQUIPAV, Engenharia e Construção, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 16 de março de 2015

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614

LCA - Leal, Carreira & Associados SROC

Leiria: Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2º - Porta C - Apartado 2913 - 2401-902 Leiria - Portugal
NIF 502 237 953 - Tel. 244 816 090 - Fax 244 816 099 - E-mail: geral@lc-sroc.pt
Coimbra: Rua Augusto Marques Bom, 21 - 3030-218 Coimbra - Tel. 239 708 650 - Fax 239 708 659 - E-mail: lealcarreira@nctcabo.pt

1/1

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, apresentamos à V/ apreciação o nosso relatório e parecer sobre a atividade por nós realizada e os documentos de prestação de contas da **MRG – EQUIPAV, Engenharia e Construção SA**, referentes ao exercício de 2014.

No âmbito das nossas funções acompanhamos ao longo do exercício, com a regularidade necessária, a atividade da sociedade e o registo das suas transações. Os trabalhos de acompanhamento periódico foram complementados com os adequados procedimentos de revisão no fim do exercício. Do acompanhamento efetuado e dos procedimentos de verificação aplicados, não foram identificadas situações que, pela sua materialidade e relevância, ponham em causa o conteúdo das demonstrações financeiras, pelo que, emitimos a nossa certificação legal das contas na modalidade sem reservas.

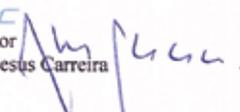
Analisámos também o relatório de gestão e a proposta de aplicação dos resultados, os quais satisfazem os requisitos legais e estatutários, sendo o referido relatório consistente com as demonstrações financeiras apresentadas.

Como corolário dos trabalhos realizados entendemos que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados, estão em condições de poderem ser aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pela forma diligente como prestaram toda a informação solicitada, facilitando assim o desempenho das nossas funções.

Leiria, 16 de março de 2015

LCA SROC
 Representada por
 José Maria de Jesus Carreira
 R.O.C. n.º 614



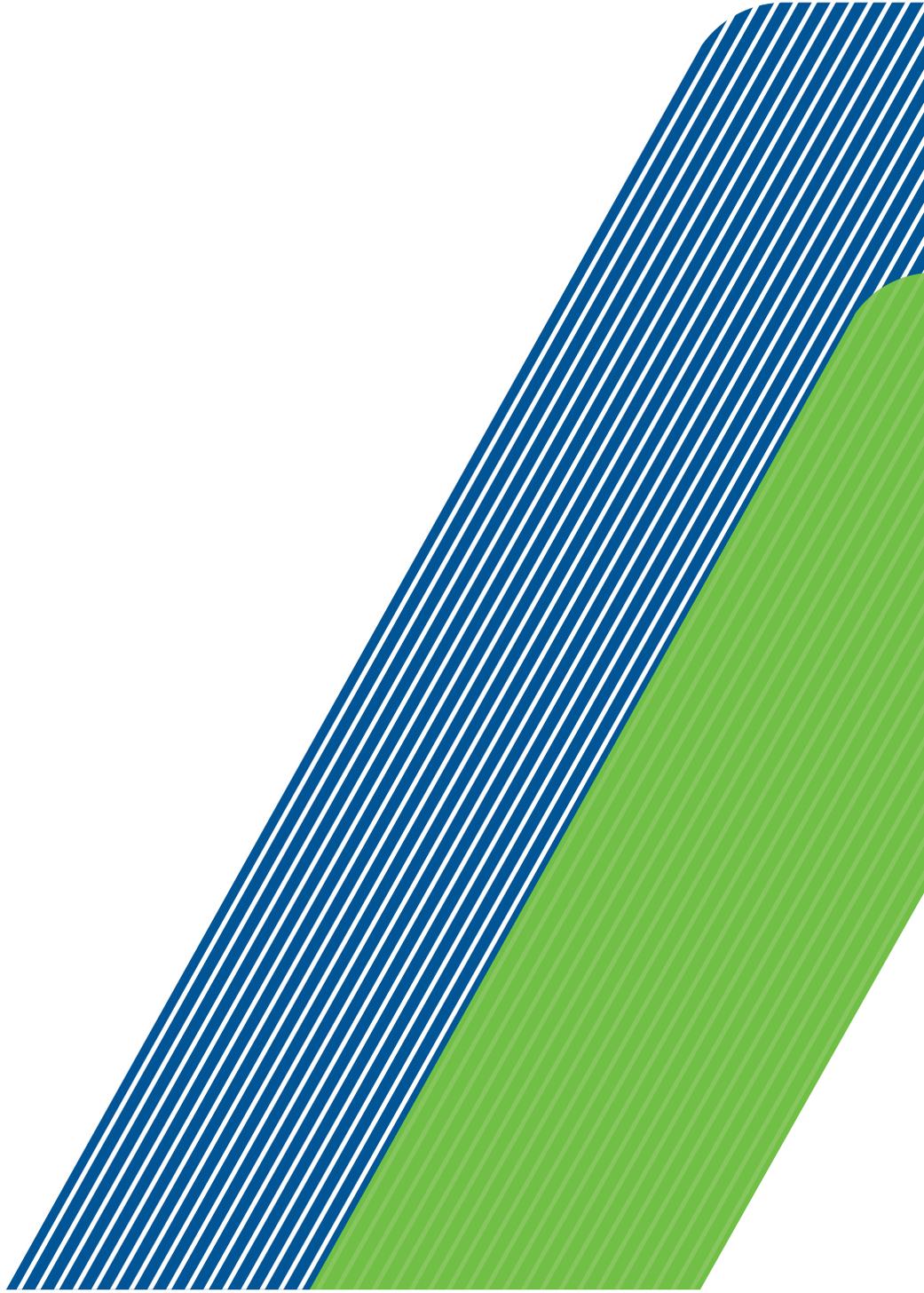
LCA - Leal, Carreira & Associados SROC

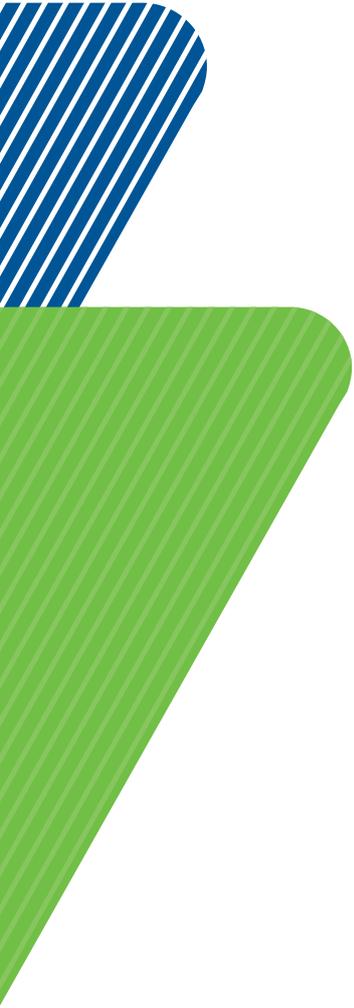
Leiria: Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2º - Porta C - Apartado 2913 - 2401-902 Leiria - Portugal
 NIF 502 237 953 - Tel. 244 816 090 - Fax 244 816 099 - E-mail: geral@lc-sroc.pt
 Coimbra: Rua Augusto Marques Bom, 21 - 3030-218 Coimbra - Tel. 239 708 650 - Fax 239 708 659 - E-mail: lealcarreira@netcabo.pt

1/1









MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA

Nº Contribuinte 503 156 035 • Capital Social € 270.000 • Alvará de Construção Nº 57232

SEDE SOCIAL

P Industrial da Abrunheira
Lt. 9 e 10, Vila Chã, Ap. 47
6270-186 Seia, Portugal

SEDE OPERACIONAL

Rua António Augusto de Figueiredo, nº 24
Alto da Relvinha - Pedrulha
3028-287 Coimbra, Portugal

TELEFONE

(+351) 239 863 200

FAX

(+351) 239 840 085

Edição e Propriedade: MRG - Equipav, Engenharia e Construção, SA

Design e Produção: Triplo Design

Ano de Edição: 2015



MRG GRUPO

www.equipav.pt
